



Anais da Assembléia

N.º 25

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 21.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1984.
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Werner Wanderer, secretariada pelos Senhores Deputados Péricles Pacheco e Francisco Escorsin.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Em nome da Bancada do PMDB, indico os Senhores Deputados ORLANDO PESSUTI, PAULO FURIATTI e TADEU LÚCIO MACHADO, para comporem a Comissão Especial que deverá estudar os problemas relacionados ao cancro cístico, em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

De acordo com o requerimento feito pelo Deputado SÉRGIO SPADA ao Plenário, e que foi aprovado em 21 de março p.p., sugerimos que a

Comissão Estadual sobre a Universidade do Oeste, seja composta pelos Senhores Deputados: JOSÉ ANTÔNIO FONSECA, MÁRIO PEREIRA, GERNOTE KIRINUS, SABINO CAMPOS e SÉRGIO SPADA.

Sugerimos ainda, que a referida Comissão seja presidida pelo Deputado SÉRGIO SPADA, autor do requerimento, que designará seu secretário.

Na oportunidade, reiteramos nossas estimas e considerações.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI.

Líder do PMDB.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Na qualidade de Líder do PDS, venho a Vossa Excelência indicar os nomes dos Srs. Deputados para integrarem a “Comissão Especial do Cancro Cístico”.

BASÍLIO ZANUSSO — Titular

JORGE MAIA FILHO — Suplente.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 78/84, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 78/84.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a suspensão da tramitação do Projeto de Lei n.º 230/83, por três (03) sessões.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação nos Anais da Casa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do

Sr. CÉSAR TODESCHINI, ocorrido nesta Cidade, no dia 12 do corrente mês.

O extinto era industrial; pelo seu falecimento veio causar enorme consternação à nossa população.

REQUER, ainda, que desta decisão seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador FRANCISCO DE PAULA XAVIER FILHO, ocorrido ontem, em nossa Capital.

REQUER, ainda, que após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do ex-Interventor, ex-Deputado Federal, ex-Secretário das Finanças do Estado, Sr. MÁRIO GOMES DA SILVA.

REQUER, outrossim, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital, do Sr. Nelson Faria Lins d'Albuquerque.

Tal passamento vem de consternar a sociedade paranaense, tendo em vista que o extinto gozava de larga estima nos meios sociais e políticos.

Vereador em Curitiba por longos anos, exerceu ainda, diversos cargos públicos sempre com denodo e dedicação à causa pública.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. CÉSAR TODESCHINI, de tradicional família ligada aos meios empresariais e sociais do nosso Estado.

Outrossim, REQUER, após aprovação deste, dê-se ciência do mesmo à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar, pelo falecimento ocorrido ontem, nesta Capital, do Dr. Francisco de Paula Xavier Filho.

O extinto, vulto altamente conceituado em todo o Estado, tendo exercido as funções de Juiz de Direito em diversos municípios. Ocupou também, a presidência do Poder Judiciário, onde mostrou sua competência e amor à Justiça.

Seu falecimento deixa grande consternação na sociedade paranaense, que hoje lamenta o passamento de um dos seus vultos mais ilustres.

Pelos motivos expostos, REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) FUAD NACLI.

Apoio: Luiz Alberto Oliveira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Professor ABBUD HADDAD.

Tal passamento consternou a sociedade paranaense tendo em vista a larga estima que desfrutava o extinto pelos seus trabalhos.

Nascido aos 24 de fevereiro de 1.908, na Cidade de Hama, na Síria, veio para o Brasil ainda criança, com a idade de nove anos, tendo residido por muitos anos na Argentina, onde iniciou sua vida jornalística, sendo diretor-proprietário de vários jornais e revistas naquele País.

Transferiu-se definitivamente para o Brasil, onde optou pela nacionalidade brasileira, do que sempre se orgulhou. Aqui também escrevia para jornais e revistas. Casado com a Senhora ÁSSIMA WEHBE HADDAD, também já falecida (a 06 de maio de 1982).

Foi fundador do programa "A VOZ ÁRABE DO PARANÁ", no ano de 1.953, o qual esteve no ar, ininterruptamente até o ano de 1.973, programa cuja meta principal era o intercâmbio cultural e de amizade entre os povos árabe e brasileiro. O mesmo era apresentado com a participação de toda a família, tendo sido sempre consagrado pelo seu alto nível de programação.

Era membro da UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES, tendo várias composições de sua autoria, gravadas por renomados maestros da época e pela Banda da Polícia Militar do Estado de São Paulo, onde era muito benquisto por todo os seus integrantes, que até hoje ainda executam suas composições.

Deixa dois filhos, os advogados ÁLIA e ALI

HADDAD.

REQUER, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de louvor ao Sargento Antônio Vieira Moura, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, por sua corajosa atuação no salvamento de operários da construção civil em acidente ocorrido ontem, nesta Capital.

A atuação do Sargento Moura vem, mais uma vez, engrandecer as tradições daquela gloriosa Corporação, que tantos bons serviços tem prestado à população paranaense, na sua maioria anônimos, destituídos de qualquer cobertura jornalística mas, nem por isso, menos importantes.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que sejam fornecidas as seguintes informações, a respeito do Crédito Suplementar efetuado no Orçamento da FUNDEPAR, através do Decreto n.º 2.666, de 28/02/84:

1. As razões pelas quais, menos de 60 dias após a aprovação do Orçamento, (Decreto n.º 2.406, de 10/01/84), ter sido aberto Crédito Suplementar?

2. O Superaviti Financeiro do Tesouro Geral do Estado, de onde vieram os recursos para tal crédito, são provenientes do aumento de alíquota do ICM?

3. Através de relação nominal, informações a respeito de onde foram gastos os recursos, da rubrica 3.1.3.2, que eram de Cr\$ 563.050.000,00 para "Outros Serviços e Encargos", cujo orçamento foi aprovado em 10/01/84, através do Decreto n.º 2.406?

4. Razões para obtenção de crédito de Cr\$... 40.000.000,00 na rubrica 3.1.3.1, para Remuneração de Serviços Pessoais, que em 1.983 contava um valor de Cr\$ 200.000,00. O que se pretende com tal valor?

5. Qual o valor do saldo da conta 3.1.3.2 (Outros Serviços e Encargos) da Atividade 2.4.3.5 (Apoio Técnico e Administrativo da FUNDEPAR), e o que se pretende fazer com o referido saldo?

6. Se o Engenheiro RUY WACHOWICZ foi contratado pela FUNDEPAR para executar algum tipo de trabalho junto ao órgão, e se o mesmo está sendo pago pela rubrica 3.1.3.2.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Considerando as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo no dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo;

Considerando que os paranaenses, através dos

seus Deputados, têm o direito inalienável de acompanhar todas as ações e/ou negociações que em seu nome são realizadas pelos seus governantes;

Considerando que tais negociações envolvem pesados compromissos para o Tesouro Público, onerando o Estado e os paranaenses;

Considerando a obrigação do Governador e de seus auxiliares, de bem administrar os interesses superiores do povo;

Considerando a existência de intensos rumores, que colocam em dúvida o acerto e a boa gestão das negociações envolvendo empréstimos em moedas estrangeiras, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER as seguintes informações ao Senhor Governador do Estado:

1) Qual o Secretário de Estado incumbido de negociar tais empréstimos com bancos internacionais?

2) Quais as operações de crédito realizadas, ou em andamento, a partir de 15 de março de 1.983?

3) Quais os valores dessas operações, taxas, prazos e destinação dos recursos provenientes do Banco da Província de Buenos Aires, Bank Comind de New York, Bank First National of Boston e Midland Bank?

4) A que taxas de juros essas operações de crédito foram oferecidas ao Governo do Paraná?

5) A que taxas de juros o Governo do Paraná confirmou a contratação dessas operações de crédito?

6) Quais as empresas que estão servindo de intermediárias entre o Governo do Estado e as mencionadas instituições de crédito?

7) Qual o custo financeiro dessa intermediação?

É este o requerimento, na esperança de que as informações solicitadas sejam fornecidas a este Poder, o mais rapidamente possível e sem fraude à verdade.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor da COPEL — Companhia Paranaense de Eletrificação, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, encarecendo a autorização de um funcionário devidamente destacado, para a prestação de assistência no setor de eletrificação da rede existente na Municipalidade de Fênix.

É grande o problema existente no que se refere ao atendimento da COPEL naquele município, segundo as reclamações realizadas pelos seus usuários, que têm qualificado como muito ruim a estrutura existente. Apresentando como possível solução, a autorização por parte daquele organismo, de um funcionário que passaria a atender efetivamente toda a rede existente, uma vez que isto não acontece, ocasionando por muitas vezes, sérios transtornos.

Neste sentido, em face do motivo ora exposto, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado do Interior e COPEL, o devido encaminhamento da reivindicação enunciada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1.984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no art.12, e seu §3º, da Constituição Estadual, REQUER, ouvido o Plenário, que a Mesa desta Assembléia Legislativa, se digne oficial ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estdo, no sentido que seja sustado o andamento do processo movido contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo Senhor Secretário do Estado das Finanças, Doutor Erasmo Garanhão.

O presente requerimento, uma vez aprovado, virá a se constituir num valioso instrumento de defesa das prerrogativas deste Poder, por assegurar a um Parlamentar, dentro das portas desta Casa e, como no caso, no âmbito restrito de uma Comissão discordar ou levantar hipóteses, sob a possibilidade de que, em qualquer escalão do Governo, possam vir a ocorrer atos ilícitos.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) ROBERTO REQUIÃO.

Apoio: Erondy Silvério, Gabriel Manoel, Antônio Annibelli, Caio Quintana, Ervin Bonkoski, Odeni Mongruel, Tuguo Setogute, Antônio Belitanti Basílio Zanusso, Ezequias Losso, José Antônio Fonseca, Acir Mezzadri, Djalma de Almeida César, Ivan Gubert, Adhail Sprenger Passos, Sérgio Spada e Augusto Carneiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor GLAUS GERMER, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura solicitando as seguintes informações:

- Quantas famílias de reassentados ainda e resistem ao PROJETO POTI, em Arapoti?
- Que tipo de culturas agrícolas se adaptaram ao solo da região e qual a sua produtividade?
- Qual a situação de fornecimento de água aos moradores e de saneamento em geral?
- De que forma está sendo procedido o atendimento escolar aos filhos dos reassentados?
- Como está a situação de crédito dos reassentados juntos às instituições bancárias?
- Qual a oportunidade de trabalho oferecida aos reassentados fora dos lotes?

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Transportes dos Estados, solicitando a inclusão da Cidade de Cascavel, em caráter prioritário, com vista à implantação de transporte coletivo urbano à tração elétrica no município.

Sala das Sessões, em 17/ de abril de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

A implantação da rede municipal de transportes coletivo à tração elétrica ensejará uma considerável economia de combustível, ao mesmo tempo em que produz barateamento no custo das passagens, uma vez que o consumo de combustível, além de evitar poluição ambiental.

Enfatizamos que o ilustre Vereador José Cláudio Cavalcanti, no início da Legislatura anterior, apresentou à Câmara Municipal de Cascavel, requerimento nesse sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido do m Duto Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor LUIZ CORDONI JÚNIOR, DD. Secretário de Bem Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando a concessão de um gabinete odontológico destinado ao atendimento de crianças matriculadas na Escola Castelo Branco, situada no Município de Cascavel, devendo ser instalada no próprio estabelecimento.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Salientamos que a referida escola situa-se em bairro bem povoado, constituído de famílias de baixa renda, impossibilitadas de encaminharem seus filhos ao Posto de Saúde mais próximo, localizado no centro da cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Administração, Dr. JOSÉ OLÍMPIO DE PAULA XAVIER, ao Ilustríssimo Presidente do IPF - Instituto de Previdência do Estado solicitando a criação e instalação de uma Coordenadoria do IPE, na Região Central do Paraná, com sede em Ivaiporã.

Sala das Sessões, 17 de abril de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A Região Central do Paraná caracteriza-se como pólo de desenvolvimento político, econômico e social, sendo atendida por inúmeras agências e coordenadorias regionais de órgãos públicos federais e estaduais, sediadas em Ivaiporã. Possui mais de mil e quinhentos funcionários estaduais, podendo abranger os municípios de Ivaiporã, Barbosa Ferraz, Fênix, São João do Ivaí, Lunardelli, São Pedro do Ivaí, Borrazópolis, Faxinal, Grandes Rios, Jardim Alegre, Manoel Ribas e Cândido de Abreu.

Por outro lado, a criação e instalação dessa coordenadoria é reivindicação da comunidade dessa região e de suas municipalidades. Seu atendimento é a correspondência ao programa do Governo do Estado e aos anseios populares, motivos que justificam nosso pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a criação e instalação de mais duas novas VARAS CÍVEIS, e de mais uma VARA CRIMINAL, e também o aparelhamento da VARA DE MENORES, da Comarca de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta Casa, Paranavaí dispõe, atualmente de uma VARA CÍVEL, uma VARA CRIMINAL, e uma VARA DE MENORES. Teve instalado há pouco o JUIZADO DE PEQUENAS CAUSAS. O prédio do Fórum, recém-construído, pode abrigar mais quatro novas Varas, se criadas.

Mais de oitocentos processos tramitam pela Vara Criminal. A extrema morosidade, irremediavelmente, esvazia a prova (testemunhas se mudam, fatos são esquecidos) e, pior de tudo, com irreparável prejuízo para o réu, que a tudo isto suporta, enquanto não absolvido, quando inocente. Transitam por essa Vara, atualmente, mais de quinhentas precatórias, por ano. A morosidade leva, com indesejável frequência, à prescrição, favorecendo a criminalidade; e tem estimulado o intolerável abuso da autoridade policial, por ação ou omissão, contra as garantias individuais.

A situação da Vara Cível está próxima da calamidade. São mais de quatro mil os processos pendentes. O atraso tem sido crescente, cumulativo de ano para ano, comprometendo interesses legítimos, e até mesmo, o desenvolvimento da comunidade. A programada extinção da função de Juiz Auxiliar, para dar lugar à criação de apenas uma Vara Cível, é de nenhuma melhora. Não bastasse o atraso cumulativo (por absoluta impossibilidade de dar atendimento à demanda do serviço), o Juiz da Vara Cível acumula a função de Diretor do Fórum, e a de Juiz eleitoral.

Não é mais lisonjeira a situação da vara de Menores; esta tem menos processos, muito menos. Entretanto, tem como ponto crítico, o nenhum recurso. É de todo desaparelhada, falta-lhe assistente social, falta-lhe psicólogo, falta-lhe comissário (só tem um). Não tem como solucionar os casos sub judice, de menores em situação irregular, nem de poder desenvolver atividade preventiva para evitá-las.

A situação da Comarca é difícil, de descrédito para a imagem da JUSTIÇA e dos que a integram. Por consequência, gera tensão no relacionamento JUIZ - ADVOGADO - SERVENTUÁRIO - PARTE, e tende a piorar.

Assim sendo, faz-se necessária a imediata criação e instalação de mais duas novas varas cíveis e de mais uma nova Vara Criminal e também, o aparelhamento da Vara de Menores.

Preterida a criação de três novas Varas, Paranavaí somente poderá tê-las com a próxima alteração do CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, que ocorre a cada cinco anos. Então, o serviço forense terá entrado em colapso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário

de Estado da Agricultura, encarecendo o apoio na criação e desenvolvimento de hortas comunitárias, bem como sua importância também a nível escolar, para a Municipalidade de Campina da Lagoa.

De iniciativa do Professor PAULO STADLER este afirma que é imprescindível a implantação de hortas comunitárias bem como escolares, uma vez que irá proporcionar, por certo, o oferecimento de alimentos diversos e saudáveis a um preço mais baixo, além de criar uma nova consciência na população de um modo em geral.

Portanto, é de capital importância que essa Secretaria de Estado da Agricultura, encaminhe a adoção de medidas que assegurem a concretização do referido pedido, que não é apenas daquele professor mas sim, de várias pessoas de Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Excelentíssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de filtros de água para o colégio Estadual Machado de Assis, localizado na municipalidade de Sertãoópolis.

Encontra-se aquele estabelecimento educacional com diversas dificuldades, no que diz respeito a sua estrutura de funcionamento, onde por outro lado, é inegável o empenho daquela direção escolar, no sentido de dotá-lo de melhores condições.

O pedido ora mencionado, vem, sem dúvida alguma, de encontro aos interesses não apenas da direção escolar, mas também dos professores, dos funcionários e do conjunto dos estudantes, que atualmente tomam água corrente, cujas condições (em face das deficiências existentes) são até mesmo duvidosas.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária da Educação e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando medidas cabíveis e urgentes, na realização de reparos, ampliação e reconstrução no prédio da Escola Manoel Antônio Gomes - Ensino de 1º Grau, no Município de Reserva.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A necessidade urgente em recuperar as instalações físicas de tal estabelecimento, é condição sem a qual não será possível a continuação das aulas dentro dos critérios mínimos desejados pelos professores e alunos.

O prédio está sem condição de utilização para a finalidade escolar, colocando em risco a saúde, a higiene e a segurança dos alunos que a frequentam.

Os sanitários além de não serem suficientes pela demanda, estão apresentando alta infestação de micróbios, com contaminação notória, que acarretará desagradáveis consequências se providências não forem tomadas com urgência.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado queo presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, no sentido de que se processe reformas e melhorias no prédio da Escola Estadual "Telêmaco Borba" - Ensino de 1º Grau, no Município de Tibaji.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

01 - A referida escola necessita de reparos gerais urgentes, para poder atender sua comunidade escolar.

02 - O prédio está sem condição de utilização para a finalidade escolar, colocando em risco a saúde, a higiene e a segurança dos alunos que a freqüentam.

03 - A necessidade urgente em recuperar as instalações físicas de tal estabelecimento, é condição sem a qual não será possível a continuação das aulas dentro dos critérios mínimos desejados pelos professores e alunos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Deny Lineu Schwartz, solicitando a construção de trevo de entrada, no Km. 247 da Rodovia BR - 376, com acesso à Cidade de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Para que se possa evitar as constantes colisões e prevenir acidentes, provocados pela falta de segurança, e, pelo tráfego intenso de veículos que transitam naquela região, é que se faz a presente reivindicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Deny Lineu Schwartz, solicitando o desmembramento em duas pistas no percurso de 2 Km, sendo do Km 266 ao Km 268 da Rodovia BR - 376, no Bairro dos França, no Município de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Como já está sendo efetuado o recapamento asfáltico naquela região e por tratar-se de bairro com

incidência populacional grande, provocando assim, inúmeros acidentes, e, por ser o tráfego de veículos intenso nesse trecho da rodovia, é que se faz necessário o desmembramento em duas vias, conforme solicitação ora apresentada.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor EDISON ROBERTO CORREA CAMARGO, Superintendente da L.B.A. no Paraná, solicitando a instalação de um núcleo para Missal.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Vereadora IRANI TEREZINHA GIEHL, que vê a presente solicitação de grande importância para o município.

Considerando que a localidade não conta ainda com uma entidade assistencial capaz de minorar os problemas da população e já que se trata de necessidade, pois, temos em Missal uma população de aproximadamente quinze mil habitantes. Carentes e ansiosos pela presença do núcleo da L.B.A., para que todos possam usufruir dos benefícios que ela leva a todos os lares, não só dos paranaenses como em todo o Brasil.

É desnecessário citar aqui os números em doações de aparelhos ortopédicos, auditivos, visuais, atendimento aos velhos, creches, etc. da L.B.A., porque é do conhecimento público.

Por isto, esperamos contar com o apoio dos Parlamentares na aprovação deste, para que Missal seja merecedor deste importante órgão assistencial.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 79/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O art. 39 do Regimento Interno, fica acrescido do seguinte inciso:

Art. 39 -

XXI - Assuntos Municipais

Art. 2º - A Comissão de Assuntos Municipais compete opinar sobre as matérias atinentes aos municípios paranaenses, bem como desenvolver atividades visando promover o desenvolvimento das comunidades de nosso Estado.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O problema atinente aos municípios paranaenses é constantemente aventado nesta Assembléia Legislativa que se ressentir de Comissão Técnica específica para poder opinar sobre tão importante assunto não só para o nosso Estado como também para o nosso País.

Esta projeto de resolução vem suprir tal lacuna aprimorando a eficácia de atuação deste Poder Legislativo nos assuntos municipalistas.

O SR. PRESIDENTE - (Werner Wanderer) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Requião, inscrito.

O SR. ROBERTO REQUIÃO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Constituição da República em seu artigo 32º, § 3º, reza: "Os Deputados e Senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de crimes contra a honra."

O Sr. Secretário de Estado das Finanças, Erasmo Garanhão, está processando o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, por pronunciamento feito na CPI da corrupção.

O Deputado Luiz Alberto Oliveira tentava analisar o uso de telefone da FUNDEPAR, pelo Secretário e levantou a hipótese de se tratar de peculato.

Não se trata de uma ofensa contra a honra, mas de uma hipótese sobre o uso de um bem público, hipótese relacionada com uma figura típica prevista na nossa legislação.

O Secretário Erasmo Garanhão, tinha e tem suporte legal para usar telefone de propriedade do Estado, suporte legal alicerçado numa medida administrativa ainda vigente, do ex-Governador Parigot de Souza.

O que não tinha e não tem o Sr. Secretário Erasmo Garanhão é o direito de processar um Deputado pelo que diz no exercício de seu mandato. Sou um dos admiradores da eficiência administrativa do Secretário Erasmo Garanhão.

O que não admito é sua iniciativa para processar um Deputado, insisto, pelas atitudes tomadas no exercício de seu mandato. O § 3º, do art. 32, da Constituição Federal, diz o seguinte: "Nos crimes comuns imputáveis a Deputados e Senadores, a Câmara respectiva por maioria absoluta, poderá a qualquer momento, por iniciativa da Mesa, sustar o processo."

A Emenda nº 15, da Constituição Estadual do Paraná, reproduz os dispositivos da Constituição Federal, e no seu § 3º, do artigo 12, estabelece e absorve o § 3º, do artigo 32, da Constituição Federal.

Portanto, não havendo crimes, ou ânimo de crime contra a honra, mas sim, corriqueira e necessária crítica política, requeiro à Mesa, que tome a iniciativa de, ouvido o Plenário, oficiar ao Tribunal de Justiça do Estado, para que suste o processo que envolve o Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto Oliveira, Deputado deste Poder.

Digo mais, Sr. Presidente, que a preocupação desta Casa, deve ser no sentido de eliminar de uma vez por todas as mordomias e, entre elas, o uso de telefones públicos, por quaisquer funcionários públicos, fora do horário do expediente e do local de trabalho, não cabendo de forma alguma, a hipótese de que este Poder admita que um de seus Deputados seja processado pelo exercício criterioso da sua função de fiscalizar o Poder Público e a Administração do Estado.

Espero, Sr. Presidente, que essa providência seja tomada incontinentemente, e que o Presidente do Tribunal de Justiça seja, ainda hoje, oficiado desta decisão que, tenho certeza, será tomada pela maioria absoluta dos Deputados desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Segundo orador inscrito. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje no exercício da Liderança, gostaria de parabenizar o nobre Deputado Roberto Requião pelo gesto de grandeza e democrático que teve, ao subscrever esse documento, pedindo sustação do processo que o Secretário Erasmo Garanhão promove contra o Líder da nossa bancada, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira. Parabéns, Deputado Roberto Requião, porque eu acho que com esse gesto nós estamos resguardando a imunidade do próprio Parlamento.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os celetistas estão aí pressionando o Governo na defesa de seus interesses, para que o Governo lhes conceda a reposição salarial. Querem o mínimo, querem, isto é, o que lhe foi tirado com o achatamento de seus salários. Na semana passada, milhares de desempregados vieram em passeata até o Centro Cívico, onde os esperava um batalhão de soldados, para impedir que os desempregados se avistassem com o Governador José Richa, para quem, possivelmente, eles votaram. Eles queriam cobrar do Governador José Richa, as promessas feitas em campanha, não por eles desempregados, mas pelo Governador José Richa.

Esses dois episódios dos dois funcionários celetistas e dos desempregados, têm um denominador comum. São as falsas pregações feitas em campanha e que agora o Governador José Richa não cumpre. Por um lado, os desempregados desesperados, clamando por ações que possam sanar a situação dramática em que vivem tantos milhares de paranaenses e de outro, os celetistas, exigindo justa remuneração ao seu trabalho, eles que tiveram os seus salários achatados; que em 1983, receberam o reajuste de 40% inferior ao aumento dado por José Richa aos funcionários estatutários e agora há pouco aqui na porta, um celetista disse que: Deputado, eu estou passando fome. Tenho dez anos de serviço público e ganho apenas Cr\$ 114.000,00 por mês."

Então, o que se vê? Os celetistas não estão nada satisfeitos com a atuação do Governador José Richa que esmagou os seus salários e esmagou mesmo, ao conceder-lhes no ano passado, o reajuste miserável de apenas 86,9%, enquanto o estatutário teve reajustados os seus vencimentos em 122%. Ora, senhores, se a inflação oficial ultrapassou a marca dos 230%, o estatutário perdeu quase 80% do seu poder de compra e o que dizer então dos celetistas, Senhor Presidente, Senhores Deputados?

É mais do que justo que toda essa categoria se mobilize, grite, pressione, exija justiça, pois, o que estão fazendo é tripudiar sobre eles. Tudo isso quer dizer que a tão apregoada política em favor do funcionalismo, não passa, na verdade, de pura babel, de engodo, de vã tentativa de se mostrar o Governo Richa como o grande beneficiário da nobre classe do funcionalismo público estadual.

Senhor Presidente, eu tinha um vasto discurso, mas lembro que há poucos dias, o Governador José Richa gastou uma verdadeira fortuna nos maiores jornais do Brasil, para fazer propaganda do seu Governo à custa do dinheiro do povo, à custa

do achatamento salarial - dos celetistas, e nós aqui estamos para pedir ao Governador José Richa que não continue tripudiando sobre essa classe e dê-lhe um tratamento justo e conceda-lhe o aumento salarial que ela está buscando, bem como a estabilidade no emprego.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) A Mesa encarece aos visitantes que pelo Regimento Interno é proibida qualquer manifestação quando um Sr. Deputado assume a tribuna e solicita que respeitem o Regimento Interno da Casa.

Registra a Mesa também, com satisfação, a visita do ex-Deputado Estadual e atual Deputado Federal Dr. Renato Bueno, como também registra, com satisfação, as presenças do Prefeito de Santa Fé, Sr. Pedro Brambilla e do Prefeito de Jussara, Pedro Cândido de Oliveira, bem como do Suplente a Vereador João Carlos Fernandes, de Santa Fé.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI - Sr. Presidente. Srs.

Deputados, celetistas amigos, presentes neste Plenário. (Lê) :

"Esta tribuna é a tribuna do povo, a ser utilizada pelos representantes populares para discussão e debates de interesse do povo. Não é o local da lamúria, dos problemas pessoais. É a tribuna da sociedade como um todo. Por isso, a vociferação do Deputado Roberto Requião deveria ser simplesmente ignorada. Todavia, ele, foi infeliz, sendo necessária a contestação, inclusive no interesse desta Casa.

Em primeiro lugar, o referido Parlamentar passou recibo de total ignorância quanto à legislação que rege a radiofusão no Brasil, que prevê a responsabilidade das emissoras de rádio, que é uma concessão governamental de título precário, quanto à divulgação de manifestações de ofensa às autoridades constituídas. E sempre que julgar necessário, o veículo deve consultar a autoridade competente, para orientar a respeito do assunto. Ademais, aos veículos assiste o direito de aceitar ou não matéria de cunho publicitário, segundo seus critérios. Vale esclarecer também, que o posicionamento a favor de eleições diretas vem sendo seguido pela Rádio Colombo, por nós, como Parlamentar, como dirigente e como cidadão. Isto encerra o assunto no que diz respeito a não divulgação da mensagem do citado Deputado.

Mas, há que se fazer outro reparo na infeliz conduta do Sr. Deputado Roberto Requião, porque entendemos que faltou-lhe a devida postura, como integrante desta Casa, ao procurar deliberada e gratuitamente ofender um cidadão, uma autoridade, um oficial das Forças Armadas.

Ao se referir ao Coronel Oswaldo Bianco, diretor regional do Dentel - Departamento Nacional de Telecomunicações, o inconseqüente Parlamentar - além de outros termos pejorativos chamou-o de "sargento", usando esta palavra com o precípua propósito de menosprezar o Coronel Oswaldo Bianco, numa atitude que consideramos indigna de um Parlamentar, senão por si, pela dignidade desta Casa.

A ofensiva ficou expressa na intenção, porque sem essa conotação, temos certeza que o Coronel Oswaldo Bianco, como membro das Forças Armadas,

não se sentirá diminuído nem que o chamem de "soldado", porque temos certeza também, ele é um soldado da Pátria como integrante da família militar. A ofensa dirigida a um membro das Forças Armadas atinge também a Instituição, que é respeitada por todos os brasileiros.

Deve o Deputado lembrar que no comício pelas eleições diretas, no Rio de Janeiro, a maior manifestação uníssona, de um milhão de pessoas, em vivas e aplausos, ocorreu exatamente no momento em que, em meio a discursos políticos, o jurista e democrata brasileiro Sobral Pinto fez um sincero e correto elogio às Forças Armadas do Brasil.

Quanto à intenção de nos atingir, citando este Deputado como "falso peemedebista", o Sr. Deputado Roberto Requião deve saber que nós estamos no nosso partido, enquanto o dele é sabidamente outro, por sinal em estado de clandestinidade por ser ilegal. Lá é o lugar dele, aqui a sua situação sim é que é de incontestável falsidade."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, trabalhadores e celetistas.

Peço vênias, para relembrar uma pequena história. Na Grécia Antiga, havia um filósofo chamado Diógenes, que morava num barril. Achava Diógenes que uma casa era demais, era supérfluo. Um dia, foi convidado por Platão para um banquete. Com as suas sandálias enlameadas, ao adentrar à casa de Platão depois de horas de atraso, entrou batendo com as suas sandálias enlameadas, nos luxuosos tapetes de Platão.

Ao ver aquilo, Platão indagou porque Diógenes agia daquela maneira, e a resposta foi esta: "Estou pisando no orgulho de Platão." - "Mas você não vê, Diógenes, respondeu Platão, que é falta de ética num banquete como este, uma resposta desta natureza?" "Ao que Diógenes respondeu: - "Para Platão existe falta de ética; para o homem do barril, nenhuma ética deve ser considerada."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço vênias para fazer a ilustração prática desta historietinha simples. Ainda ontem, fui condenado pelo Deputado Tércio Albuquerque que em meu pronunciamento, por falta de ética, da mesma forma, como no passado, foi censurado Diógenes. E na sua palestra, além de aético, vingativo, os Senhores viram ainda hoje pela imprensa, a caracterização a mim atribuída, de que o meu tom nesta Casa era de um tom de "chiqueiro". Em outras palavras, fica ao nobre Deputado, a lembrança singela de um Diógenes, contra o qual, nenhuma ética valia - e o meu louvor pela ética, pois, fui o Parlamentar que, em nome da ética, enlameia-se no mesmo suporte atribuído, original e paradoxalmente coincidindo com a historietinha antiga, a meu respeito.

Mas, a causa que nos traz aqui, é exatamente transcendente. É a mesma preocupação que nós já registramos em outra oportunidade, preocupação esta alusiva ao futuro de quem trabalha, de quem garante a própria estrutura governamental do Paraná. É por esta razão que nós enfatizamos, mais uma vez, a nossa disposição de nos colocarmos inteiramente a serviço dos nossos trabalhadores que sentem mais de

perto o drama de um arrocho salarial que, insisto lembrar, faz parte de um programa anti-povo do Governo federal. Faz parte de um modelo autoritarista; faz parte de uma política empreguista que sempre pontificou sua linha de ação, não apenas em negar a mão-de-obra, mas em propiciar aumentos salariais muito abaixo dos índices da inflação.

Enquanto isso, Sr. Presidente, Senhores Deputados, tentando remendar a falência de uma estrutura global a nível federal, uma falência caracterizada por toda sorte de entreguismos e negociatas espúrias em nome de remessas clandestinas para o exterior, em nome da entrega de nossas terras às oligarquias internacionais; em nome do descrédito e do descaso à classe trabalhadora brasileira, nós nos colocamos à disposição, integralmente para uma discussão ampla e para tanto queremos emprestar nossa cooperação e encontrarmos uma saída paliativa, enquanto o Brasil retoma seus caminhos das conquistas de iniciativa popular através das "Eleições Diretas à Presidência, já."

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Annibelli

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Sr. Presidente, e Senhores Deputados.

A Nação brasileira tem comparecido às ruas e praças públicas para ouvir a verdade dos homens da Oposição.

O povo brasileiro cansado de apanhar, de sofrer nas mãos dos militares incompetentes que estão a gerir esta Nação, tem saído às ruas para dizer do seu apoio à classe política e aos democratas dessa Pátria.

E ontem, companheiros, infelizmente, e rebatendo a crítica do Deputado Antônio Belinati, quando o Governador José Richa usava as televisões, o Presidente da República, usando de todo o poder da Nação inteira vinha anunciar o remendo à proposta dos trabalhadores da população brasileira. Vinha com projeto fabricado em outros países de que não a Nação brasileira. Fabricado em Marrocos ou na Espanha. E na Espanha que já votou a democracia! Para lá, em companhia dos seus assessores foi elaborar e frustrar mais uma vez a Nação brasileira.

Companheiros, Deputado do PDS e do PMDB, companheiros celetistas que nos dão a grande honra de suas presenças nesta Assembléia, que é a Casa do Povo e onde os seus anseios têm que ser discutidos.

E esta Casa, hoje, volta a ter vida com as galerias cheias. É assim que nós queremos uma democracia neste País; é assim que nós queremos ver a Nação, nas ruas, clamando por voto direto e eleições, já; é assim que nós queremos ver os funcionários pleiteando salários justos, que o BNH não venha roubar ou frustrar aquele adquirente da casa própria.

Não queremos ver os menores abandonados estarem aí a morrer de fome, ou crianças a assaltarem, roubarem e matarem.

É uma Nação democrática, religiosa que não tem Deputados sendo processados por Secretários de Estado e nem o Deputado João Cunha processado pelos generais de plantão desta Nação.

Nós queremos liberdade e democracia, companheiros, para que todos juntos possamos reivindicar melhores salários, melhor nível de progresso para o funcionalismo, melhor participação do Poder Legislativo nas decisões da Nação. E vem algum general vem pedir paciência depois de vinte anos de incompetência a dirigir esta Nação, companheiros. Chega de paciência. O povo está morrendo de fome, crianças estão morrendo de fome, o trabalhador não pode mais levar o seu filho à escola, ou se vestir decentemente; são os celetistas reivindicando salários justos, e terão o nosso apoio da Bancada do PMDB e dos Deputados do PDS, como também, terão do Governador José Richa, porque aqui tem um Governo democrático. Aqui o Governo foi eleito pelo povo, e não como a Nação brasileira que está a ser gerida por generais escolhidos no bolso do colete dos homens da época que ali escolheram.

É democracia com eleições diretas, é o povo participando e dizendo, que não está mais satisfeito com esta posição de uma Nação que vive às custas do FMI. Talvez o General João Baptista Figueiredo tenha ido à Espanha, ou sei lá onde, para marcar um encontro fora do Brasil, para perguntar se o FMI está de acordo com a sua "emendinha", que não vale nada a esta Nação.

Nós queremos, companheiros, queremos povo, queremos democracia, queremos trabalho, queremos salários justos, queremos uma Nação trabalhando pelo progresso de todo o seu povo, de todos os Estados e de todas as cidades.

Queremos o povo participando, porque a Nação brasileira está infelicitada com a administração que aí está. Está mal administrada, e só com eleições diretas, já, nós poderemos devolver ao povo paranaense e ao povo brasileiro, um Governo digno do Brasil, um povo maravilhoso, trabalhador e honesto, e não os maus administradores que aí estão a infelicitam o povo brasileiro.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wnderer) - Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Neste momento em que toda a comunidade nacional caminha através de marchas, de comícios às praças públicas para reivindicar o direito de soberania e de cidadania, reivindicando o direito de eleger o seu Presidente da República, lamentavelmente nós que somos representantes dos municípios de área de segurança pública nacional estamos sendo esquecidos, como cidadãos, estamos sendo relegados, pois que vemos que em parte alguma deste Brasil, se fala em devolver o direito de o povo, que moram nessas infelizes áreas de segurança nacional, de eleger o seu prefeito municipal.

E só no Estado do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos onze municípios que, infelizmente não podem eleger seu líder maior, que infelizmente têm sua cidadania cortada pela metade, e que têm o dever de pagar impostos, mas, que não têm direito de eleger o seu prefeito; e hoje, nós estamos vendo no Congresso Nacional diversas emendas tramitando, inclusive a do Deputado Dante de Oliveira, que pede eleição imediata do Presidente da República, emenda a qual nós apoiamos totalmente. Vimos, mais recentemente, e mais precisamente na data de ontem, o Governo militar manifestar-se a respeito da devolução da eleição do Presidente da República, mas lamentavelmente, ele se refere em um dos artigos do seu projeto, que os prefeitos das áreas de segurança nacional, continuarão a ser nomeados pelo Governador após o consentimento do Presidente da República.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Nós, que somos representantes dessas áreas de segurança nacional, que estamos vivendo dia a dia um verdadeiro mar de lama administrativo, onde temos prefeitos que há vinte anos permanecem no cargo, intocáveis, pois que, a legislação os protege, nós que estamos nos municípios que são considerados áreas de segurança nacional, mas que, na verdade, nada de segurança existe nos municípios.

Uma das provas são usadas, as estatísticas. Cito o caso de Foz do Iguaçu e Guaíra. É o maior corredor de tráfico no nosso Brasil, de carros roubados. São os municípios que detêm o maior índice de criminalidade neste nosso Brasil, e adianta esta lei esdrúxula e absurda que considera esses municípios da área de segurança nacional?

Não, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Com esse tipo de legislação nós não podemos consentir e ficar quietos. E, neste momento em que a Nação brasileira se levanta e reivindica o direito de eleger o Presidente da República, nós temos o direito e o dever de também cobrar do Sistema, do Congresso Nacional, da Assembléia Legislativa, o direito de elegermos também, o nosso Prefeito Municipal. Pois, este sistema de nomeação está falido, e o caso da sucessão de Prefeito de Foz do Iguaçu é um exemplo: arrastou-se por um ano; um ano, aquela comunidade perdeu; um ano, que município ficou sem a administração; um ano, a população perdeu.

Para quê?

Para chegarmos à conclusão que temos por lá, um Prefeito indicado pelo Governador, mas homologado pelo Presidente da República, mas que não satisfaz o interesse do povo, porque nasce com o "pecado original" de não ter sido eleito pelo mesmo, para ocupar este cargo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é oportuno este momento, para que nós nos dirijamos ao Congresso Nacional e para que os nossos representantes lá, em todos os projetos que existem tramitando, visando devolver a autonomia para eleição de Presidente, façam uma emenda e devolvam também o direito dos cidadãos das áreas de segurança nacional elegerem o seu Prefeito.

Muito obrigado. —(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado José Antônio Fonseca, inscrito.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"No período legislativo de 1.983, meu primeiro ano de mandato, registrei nos Anais desta Casa, o libelo do povo paranaense contra a "revolução militar de 1.964", para o julgamento da História e o juízo das gerações futuras, sobre esses que, postos nos quartéis, para defenderem a SOBERANIA nacional, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, a ORDEM e a LEI, depuseram o Presidente da República eleito pelo povo e empossado pelo consenso político dos poderes constituídos do País, e, escudados nas armas, criaram em 20 anos de GOVERNO MANDATÁRIO, as OLIGARQUIAS DO PODER, pelas quais empenharam a Pátria e os trabalhadores aos banqueiros internacionais, e aceitaram executar o GENOCÍDIO perpetrado pelo FMI e o Dr. Delfim Netto, já com o índice de mil cadáveres de crianças que morrem por dia, pela fome, segundo a denúncia feita ao mundo, pela UNICEF, no Brasil.

E esse libelo, por se constituir num compromisso do PMDB com a Nação, ecoou numa só vigorosa voz ppeemebitsta, desencadeando a ação política pela eleição direta para Presidente da República e pela Assembléia Nacional Constituinte. Por conseguinte, já instauramos a DEFESA DA REPÚBLICA.

Agora, então, é do nosso dever, dar forma legal aos nossos ideais de governo, visando o enquadramento doutrinário dos interesses nacionais, até onde alcance a competência deste Poder.

E tenho-me por venturoso, convocando os nobres Pares para a implantação da "REFORMA AGRÁRIA" no Estado do Paraná, anunciando o excelente trabalho realizado pela Secretaria da Agricultura, e processado pelo Instituto de Terras e Cartografia, o qual reúne os subsídios essenciais para o embasamento legal que compete a este Poder dar essa preocupação do Governador José Richa, pois a retomada do nosso destino histórico, com desenvolvimento efetivo, está afeto a duas questões fundamentais que são: O RESTABELECIMENTO D ORDEM JURÍDICA DA REPÚBLICA, que se fará através de Assembléia Nacional Constituinte, e o ORDENAMENTO ECONÔMICO do País assentado sobre o trinômio: HOMEM-TERRA-CONSUMO.

No processamento da situação fundiária do Paraná, o ITC fixou três fatores de subdesenvolvimento agrário, que são:

I. - LATIFÚNDIOS IMPRODUTIVOS:

Constituídos estes, de imensas áreas de terras destinadas às especulações imobiliárias acobertadas pelo feudalismo agrário instalado pelo "modelo econômico da revolução", o qual tem a terra como capital de garantia da política de exploração dos cartéis multinacionais. E por isso, os titulares de domínio desses latifúndios são todos integrantes das OLIGARQUIAS DO PODER, que usam esses títulos, como garantia de imensos saques monetários feitos às odedens do Banco Central, ora para atenderem a política de exportações", ora, para jogarem no próprio "sistema de agiotagem" a que virou o lastro financeiro do País.

II - DESCASO DOS GOVERNOS ANTERIORES:

Este, verificado pela falta de aproveitamento das terras devolutas do Estado, para atender aos interesses da comunidade rural paranaense de acordo com o respectivo crescimento migratório que se verificava e a vocação agrícola da economia que o nosso povo gerava. O que exigia um inventário dominial criterioso, que estabelecesse as concessões de uso das terras do Estado, sobre o trinômio de moradia permanente, cultivo produtivo e conservação do solo e dos agentes naturais de preservação dos nossos recursos biológicos.

III - CONTURBAÇÃO AGRÁRIA PERMANENTE:

Na qual, de um lado, os agricultores sem terra adentram os latifúndios inexplorados, contrariando o Direito de Propriedade em sua forma jurídica; e, de outro, os latifundiários praticando os mais hediondos e perversos crimes contra a vida, assassinando a sangue frio, através de pistoleiros de aluguel, os agricultores; saqueiam as lavouras, queimam casas e procedem despejos violentos de contingentes enormes de produtores rurais, sem nenhum tipo de raciocínio social sobre os que vivem e precisam da terra, e sem nenhum tipo de empenho coibidor, por parte do Estado, o qual, aliás, viveu sob o jugo de uma política de corrupção que tinha na titulação das terras devolutas, o seu climax de todos quantos se diziam "homens públicos para as atividades políticas", neste Estado. E tal titulação de terras, foi responsável pelo maior número de guerrilhas rurais do Sul do País, como as acontecidas no "Governo Moisés Lupion" e que nos deixaram como resultado, anos de atraso em nosso desenvolvimento econômico. Porque a pacificação da ocupação produtiva do Estado, só foi possível pela ação da Justiça que se atende o Direito e a forma educada de se progredir como sociedade humana, não pode acompanhar a velocidade da dinâmica econômica em seu processo de expansão de riquezas. Enumerando os latifúndios improdutivos mantidos para especulações imobiliárias, o processo de conhecimento agrário autuado pelo ITC, denuncia as terras da ex-Usina Morretes S/A, abrangendo uma área de dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil hectares e quarenta e um vírgula setenta e três hectares (2.262.41,73 Ha) de terras litorâneas, no Município de Morretes, a 70 Km da cidade de Curitiba, o qual, não obstante ser maior do que muitos Estados de países europeus, é ocupado apenas dezoito empregados do latifúndio, que cuidam de trezentas e trinta cabeças de gado, e vinte e sete rendatários de 4% (quatro por cento) da área, para atividades agrícolas rudimentares de leguminosas comercializadas entre esses mesmos arrendatários e o CEASA de Curitiba. Sendo que a destinação desse imóvel, é garantir empréstimos junto ao Banco Central, para enriquecimento particular dos proprietários, operado de forma contrária à boa doutrina do desenvolvimento integrado de uma Nação. Aliás, e descanso desses proprietários para com a conscientização da República expressa nas mais recentes leis sobre a terra que vinculam a dominialidade à respectiva utilização social produtiva, se mede pelo próprio patrimônio representativo dos investimentos encontrados sobre esse imóvel, que atingiam em 1983, o valor de Cr\$ 14.075.000,00, segundo o cálculo dos próprios

latifundiários sobre trinta e cinco construções com mais de trinta anos, que remanescem da antiga Usina, sem nenhum outro investimento de conservação pelo menos, dessas casas.

Além disso, o imóvel constitui hoje, patrimônio "Companhia Comercial São Paulo - Paraná" com sede naquele Estado, onde exploram o comércio açucareiro. E pelos estudos efetuados pelo ITC, só nesse imóvel podem ser assentadas trezentas famílias de agricultores, para a agricultura de hortigrangeiros, dada a proximidade com os mercados consumidores de Curitiba, a 70 Km e de São Paulo, a 350 Km.

Nessa mesma situação, são denunciados latifúndios improdutivos próximos a Curitiba, que somam mais de um milhão e seiscentos e seis mil hectares de terras agricultáveis todas irregularmente distribuídas por Governos passados que não tinham nenhum respeito por si mesmos diante da história, cujas titulações constituem hoje, por questões de competência expropriatória, preocupações do INCRA como entidade representativa da União, na qualidade de responsável pelo respeito ao direito de propriedade que nasce com a transcrição do título no Cartório de Registro de Imóveis. Todavia, o Governo do Paraná pode propor à União, as desapropriações dominiais, por notificações administrativas e judiciais, ou por denúncias especiais ao INCRA ou ao Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. E para tanto, este Poder, como mandatário popular, tem o dever de promover a questão agrária do Estado, objetivando a execução de uma REFORMA AGRÁRIA abrangendo de todo o volume imobiliário ocioso ou mal distribuído que dispomos.

Temos, por exemplo, no volume de terras questionadas, ou já com projetos de assentamentos de agricultores, mais quinze milhões seiscentos e oitenta e quatro mil hectares, merecendo um tratamento condizente com o respectivo quadro que essas áreas, cessa total, apresentam em particular, quer pelo sistema de ocupação nelas verificadas, quer pelo tipo de transformação fundiária que as respectivas desapropriações exigem, dentro das quais, deve ser equacionado em primeiro plano, o tipo de colonização a ser implantado ou amparado pelo Estado, considerando-se o índice dos custos expropriatórios que devem ser repassados aos futuros ocupantes, ou àqueles nelas já radicados, no novo inventário dominial ou conssecional.

Temos também, o seguinte quadro das terras devolutas do Estado:

Trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e um hectares de terras estão em regime de discriminatória administrativa; constante de mil cento e quarenta e quatro lotes rurais, em nove municípios paranaenses, sobre cujas áreas já podem ser elaborados os respectivos planos de colonização, embora tal tarefa implique, em primeiro lugar, o desempenho deste Poder Legislativo em prol da nova lei sobre terras, que virá à nossa apreciação.

Além destas, temos ainda, as chamadas áreas de tensão social, das quais destaca-se a "Fazenda Padroeira do Brasil", no Município de Matelândia, constituindo o feudo estrangeiro da família Minolli, com a superfície total de sete milhões, duzentos e cinco mil hectares, dentro da qual, os titulares de domínio já praticaram a escravidão branca,

e hoje exercem a prática constante dos crimes de homicídio, incêndios, devastações e expulsões armadas de agricultores. - **Acordo -116 Famílias.**

Vem também a "Fazenda São Luiz", detida em propriedade pelo Advogado Pedro Luiz Crespi, residente em São Paulo, com a área de mil e cinquenta e seis alqueires, habitada por quarenta e seis famílias sujeitas a despejo assim que tiverem as suas benfeitorias indenizadas, segundo decisão judicial. Na mesma situação, vem a "Fazenda Anoni", com a área de quatro mil hectares, da qual, três mil e cinquenta hectares foram apenas desmatados e abandonados, dada à situação de conturbação em que se encontram nela as 350 famílias de agricultores, também sob iminência de despejo. É de denunciar-se ainda, que a família Anoni já é latifundiária no Estado do Rio Grande do Sul, onde vivem todos e onde empregam os lucros de suas riquezas, dos quais, uma significativa parcela, nas atividades políticas; possuindo no Município de Carazinho, um verdadeiro feudo-agrícola.

No mesmo desfile de latifundiários que destroem a economia natural deste Paraná, radicados com seus verdadeiros interesses em outros Estados, encontramos o grupo "GIACOMETE MARODIN" detendo uma fronteira das mais férteis e ricas terras do Sudoeste do Paraná, da extensão de mais de cento e vinte mil alqueires, de onde, por mais de uma vez foram expulsos à mão armada por contingentes de pistoleiros unidos à Polícia Militar, os agricultores que ali queriam formar morada, tornando essas terras produtivas. Como nos contam os processos que podem ser encontrados nas varas cíveis e criminais da Comarca de Laranjeiras do Sul, nos bojos dos quais, vemos a força do dinheiro espúrio dos modernos feudos protegidos pelo "Regime", vergando por vezes, a própria Justiça do Estado. Porque ali ainda está a notícia processual da última expulsão de agricultores executadas por esse feudo, de mais de quatro mil agricultores. E o que fica pior, é que as mortes, queimas de casas, apropriações de lavouras e de produção armazenada pelos colonos vítimas se registraram dentro de uma área que havia sido desapropriada pelo INCRA, e de outra de mais de quatro mil alqueires que integra o feudo "Giacomete Marodin", sem cobertura de título dominial, pois, a exploração dos latifundiários, sobre esse feudo, é a extração das riquezas florestais nativas, destacando-se a devassa da última reserva de pinheiros e das madeiras nobres, como cedro, louro, canjarana, canela, peroba, etc., além da extração da erva-mate. E em toda essa fronteira latifundiária, o feudo tem investimentos em apenas seis mil hectares de área reflorestada; e quatro mil hectares em exploração agropecuária. O que apenas atende aos interesses aziendais do próprio grupo, para o jogo contábil que reclama os fabulosos lucros do feudo. Não tendo, por conseguinte, um vínculo compensatório que justificasse a detenção dessa fronteira geográfica dos nossos recursos naturais, com a economia do Estado, por esses latifundiários.

Vem o "imóvel Campo das Flores - BROMADO", com seiscentos e vinte e oito mil hectares, detido por titulação espúria, já anulada pela Justiça, cuja decisão está em grau de recurso, pela firma "Cal Chimelli Ltda." E assim por diante, num

desfile que bem demonstra no que se baseavam as "lideranças políticas" que entraram em 1982 no processo de agonia, próprio dos que se locupletaram do governo do Estado. Temos o "Imóvel Boa Ventura", com trinta e quatro mil hectares, alojando, pelo sistema de invasão, oitocentas famílias de agricultores; também chamado judiciosamente de "Grilo Boa Ventura", tal a despreocupação confeccional dessa "propriedade". Temos o "Imóvel Tigre", com cento e quatro mil hectares, detido por Adolfo Lamenha de Siqueira, cuja titulação também já foi declarada nula pela Justiça, repousando assim o latifúndio, apenas sobre o trâmite recursal da sentença. Temos o imóvel "Núcleo Esperança", com quatro mil hectares, ocupado por noventa e três posseiros, também em litígio com o Estado, por Ladislau Kaminski Júnior e a firma de reflorestamentos "Terplan S/A". Temos o imóvel "Tabera", com vinte e sete mil hectares, invadido por oitocentas famílias de agricultores em litígio com o Estado, por Antônio Vilaça Taques. Temos o imóvel "Sertão da Jararaca", com vinte e seis mil hectares, também ocupada em regime de invasão, por oitocentas famílias de agricultores; em litígio demarcatório, com o Estado. Temos o imóvel "Superagui", com dezesseis mil hectares, ocupado por cento e oitenta e cinco famílias de agricultores, contra o domínio da "Companhia Agro-Pastoril Litorânea Paraná - CAPELA", cujo litígio com os ocupantes e o Estado, tem sido bem noticiado pela imprensa. Temos o imóvel "Assento do Salto do Ipiranguinha ou Vampré", com a área de vinte e um mil hectares, detida pela massa falida da "Secomil S/A", em litígio dominial com o Estado, cujo latifundiário atual é a firma "Mazedatti S/A. Indústria e Comércio e Agropecuária". Temos o imóvel "Colônia Fronteira", com a área de setenta mil hectares, cuja situação possessória e dominial é tão confusa que a soma das titulações superpostas multiplicaria as confrontações da respectiva área. Temos o imóvel, "Canavieiras", glebas 1,2,3,4,5,6,7,8,9,11 e 12, com área de quinze mil hectares, ocupada por duzentas famílias de agricultores, litigado contra o Estado, por João de Oliveira Salmon. Temos o imóvel "Arraial", com seis mil hectares, cujos grileiros chegaram a subtrair um livro de transcrições dominiais do Tabelionato de Campina Grande do Sul. Temos o imóvel "Morro do Cabaraquara", com mil hectares, ocupado por quarenta e duas famílias de agricultores, em cujo grilo, está metido o chamado "Patrimônio da Igreja Nossa Senhora do Bom Sucesso", que através do seu bispo da Mitra Diocesana de Paranaguá, Bernardo José Nolker, o transferiu para o "Iate Clube de Caiobá", conforme averbação de 1981. Temos o imóvel "Núcleo Cupiúva-Cavaca", com mil duzentos e dezesseis hectares, ocupado por quinze famílias de agricultores, em regime de invasão e em litígio com o Estado, pelos latifundiários. Temos o imóvel "Anhangapina", com três mil trezentos e nove hectares, ocupada por cem famílias de agricultores, em fase de ação discriminatória, cujo latifundiário é nada mais nada menos, do que o Sr. Mário Stadler de Souza. Temos o imóvel "Glebas 8 e 9 da Colônia São Jerônimo" com a área de mil oitocentos e noventa e quatro hectares, invadido contra os latifundiários, por quinze

famílias de agricultores, litigada contra o Estado, por João Ambrósio de Camargo. Temos o imóvel "Quinhão 11 da Fazenda Ribeirão Bonito", com mil e cinquenta alqueires ocupado por cinquenta famílias de agricultores, contra o latifúndio constituinte do chamado "espólio do major Guiomar de Assis Moreira". Temos o imóvel "Taboado", com três mil quatrocentos e noventa e dois hectares, ocupado por cinquenta e seis famílias, contra os latifundiários Josir Marques e Atevide Miranda.

Desfilados os imóveis, nesta primeira etapa do processo liberatório que sustentarei desta tribuna, em defesa do Projeto de Lei apresentado pelo ITC ao Governador José Richa e que virá e esta Casa, objetivando a execução urgente de uma REFORMA AGRÁRIA no Estado do Paraná, sob o comando do GOVERNO LEGÍTIMO E DEMOCRÁTICO do Dr. José Richa, e do amparo e fiscalização deste Poder Legislativo, através da cooperação indiscriminada de todos os seus membros, entendo desnecessário o detalhamento de cada caso desses imóveis; primeiro, porque os elementos das grilagens de terras são os mesmos em todas as épocas e em todas as circunstâncias, como, assassinatos, vandalismos e irracionalidades de toda a ordem; segundo, porque, quando abri, no ano passado, em pronunciamento contundente, mas que operou o processo de legítima e adequada regularização fundiária do Estado, concluído pelo projeto de lei que já está em mãos do Sr. Governador, eu afirmei que assumia, nesta Casa, uma posição consciente da minha responsabilidade parlamentar como advogado, e portanto, preparado não apenas contra eventuais desfechos de parte de grileiros, latifundiários ou de quem os proteja, mas também, para somar com todos os nobres Pares, neste Poder, diante dos quais não me apresento jamais, como autor, mas sim, como queixoso; não como mestre, mas sim, como quem vai findar os seus dias sem ter encontrado um doutrinador, tal o tanto que devo no meu aprendizado de trabalho, a cada uma das pessoas que já encontrei na vida. E não de entender também, os nobres Pares, que a minha preocupação é a de promover um processo ordeiro de legitimação fundiária contemporânea, sem desatar os freios das organizações representativas das classes desprotegidas, as quais, estão na ponderação e no cuidado que se tenha na tarefa de denunciar.

A prova de que o GOVERNO COMANDATÁRIO, hoje desdobrado em GOVERNO MULTINACIONAL DO FMI E DO DR. DELFIM NETTO, jamais quis "encher a panela do povo", como anunciou, está, primeiro, no confronto da queixada General João Figueiredo apresentada a algum tempo à Nação, de que são as crianças que nascem no Brasil em número excedente ao número que o ilustre General Presidente deseja que ocorresse, que geraram o caos em que estamos. Porque, basta um ligeiro olhar para o sistema de distribuição de terras aqui no Paraná, ao redor da nossa casa, portanto, e como esse inventário dominial é desfrutado por uns poucos que são protegidos da "Revolução", para enchermos a nossa consciência contra a propalada "honestidade desse Governo Comandatário". Porque, se temos terras para todos, basta que as entreguemos ao povo, e estará consertado o binômio da EXPANSÃO DEMOGRÁFICA -

EMPREGO, e conseqüentemente, a miséria da nossa mesa. Pois, a Natureza não é, não foi e jamais será menos sábia do que um general. Segundo, no confronto do gigantismo do INCRA, como cabide de empregos e de mordomias sem precedentes até mesmo no período mais bárbaro do feudalismo medieval; possuindo até um jato particular para o presidente da autarquia, adquirido já na sua instalação, com a erradicação em massa dos agricultores, das pequenas propriedades de onde saía 60% da alimentação de nossa mesa, gerando um gráfico no qual, enquanto o GOVERNO COMANDATÁRIO aumentou em todos os rumos, nº de votantes do seu "colégio eleitoral", que não é nenhuma novidade, porque já era o sistema da tirania romana, pela expansão do empreguismo de governo, a Nação brasileira empanturrou o seu crescimento demográfico na mesma proporção do definhamento da sua força de produção rural. Porque, em qualquer tempo futuro da nossa história, seria mais humano, mais decente, mais honesto, a "Revolução" ter imposto um texto constitucional de força para bem inventariar este legado gigante que é o Brasil deixado por nossos pais, para nós brasileiros, do que, impor esse texto constitucional destinado a garantir, na impunidade, as OLIGARQUIAS DO PODER que se locupletam do governo, garantir a execução do nazismo moderno defendido pelo FMI, da solução econômica pelo genocídio, que aqui entre nós, já cifrou mil cadáveres diários de crianças, enquanto as terras que a Natureza por primeiro destinou a elas, garantem saques junto ao Banco Central, para promover o monetarismo instituído como causa, como meta e como fim de todo o nosso sistema de vida, pelos "doutores da revolução", pois, os "projetos de assentamentos ou reassentamentos de agricultores", feitos pelo INCRA, não demonstrou nenhuma sinceridade de propósito. Senão vejamos:

"PROJETO POTY."

Este "Projeto" localiza-se na Fazenda Barra Mansa, no Município de Arapoty, em área de propriedade do Ministério da Fazenda, transferida ao INCRA, à ordem do Conselho da Segurança Nacional. É constituído de terras impróprias para as atividades agrícolas lucrativas, visto tratar-se de solo improdutivo e geografia acidentada. Então, ali, o INCRA instalou esse campo de concentração dentro do qual confinou aproximadamente quinhentas famílias de agricultores que estão isoladas como um gueto dentro do município já que nem este absorveu essa estranha comunidade, e nem ela pôde se integrar ao município, dadas as condições anômalas de vida organizada do "Projeto", das quais desfilemos algumas:

a) - O Banco do Brasil já liberou financiamentos para agricultores do "Poty", porém, tais financiamentos foram concedidos depois das épocas de plantios das culturas para as quais eles se destinavam. E por isso, não foram usados. Todavia, no ano político de 1982, foram concedidos trezentos e noventa e oito títulos de propriedade a alguns dos confinados, os quais foram agraciados com recursos do Banco do Brasil, porém, desses recursos, Cr\$ 10.000,00 por alqueire financiado ficavam retidos no IBDF.

b) - Por falta de sistema de classificação dos produtos, as cooperativas não recebem a produção dos confinados do "Poty", nos moldes de AGF e

EGF. Em contrapartida, o sistema regional de comercialização dos cereais produzidos, é ineficiente, gerando prejuízos irrecuperáveis aos agricultores.

e) — O tamanho dos lotes é da área média de 8,5 hectares, o que é insuficiente para a implantação de um projeto agrícola rentável, mesmo por uma família de bóia-fria, cujo círculo natural de necessidades essenciais é mínimo.

“PROJETO OCOY”

Este “Projeto”, o INCRA localizou no Município de São Miguel do Iguaçu, para desalojar de dentro do Parque Nacional do Iguaçu, os agricultores da Colônia São José. E realmente foram desalojadas dali perto de mil famílias, transferidas para a prometido “paraíso do Ocoy”; menos, é claro, o ex-interventor do Município de Medianeira, Luiz Bonatto, que se diz “irmão do General Ney Braga”, o qual possui ainda a sua fazenda em pleno coração do Parque Nacional do Iguaçu. E para bem conceituar os privilégios oligárquicos desta “República da Revolução”, diga-se que o IBDF nunca permitiu o asfaltamento da estrada que liga Medianeira a Capanema, porque atravessa o Parque, numa extensão de 18 km.

E, embora o Brasil e o Paraguai soubessem que a área do “Projeto Ocoy”, seria alagada pelo reservatório de Itaipu, o INCRA não sabia. E por isso, hoje, parte daquelas famílias já deve ter morrido nas concentrações dos “projetos” da selva amazônica.

Enquanto isso tudo ocorre, o Estado do Paraná, responsável pela maior cota de produção agrícola da Federação, tendo contribuído sozinho com mais de 20 por cento do volume nacional de alimentos, sofre um desequilíbrio econômico do confronto de mais de 500 mil famílias de agricultores que não têm onde produzir as riquezas rurais que precisamos, com quase um terço da área do Estado, detida por latifúndios com bases em outros Estados, e por latifundiários parasitários de todos os interesses do povo brasileiro.

Temos ainda, o saldo do ilhéus do Rio Iguaçu, que caberiam todos num total de áreas assim levantadas: 472 hectares detidos por Alzemiro Rosa, em Terra Rocha. 472 hectares detidos por João Martins, em Guaíra. 358 hectares detidos por Amadeu Guardado Rodrigues, em Guaíra. 1.089 hectares detidos por Edson Kawamura, em Icaraíma. E, 30 mil hectares, nos Municípios de Campo Mourão, Mamborê e Roncador, detidos pelo Grupo Klabin. Pois que, seriam 1.170 famílias ainda para serem reassentadas, vítimas das últimas cheias do Rio Paraná, após o represamento de Itaipu.

QUEM ENTÃO DEVEMOS CONCLAMAR PARA A REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ?

No plano institucional, dispõe o Estado de órgão executor da política agrária no Paraná, no que se refere às terras públicas, que é o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura.

Tal competência, é deferida ao ITC, pelo Estatuto aprovado pelo Decreto Estadual n.º 4172, de 17.11.77, nos termos da Lei n.º 6316, de 20.09.72, que instituiu a Fundação de Terras e Cartografia; tendo a Lei Estadual n.º 7055, de 07.12.78 definido a competência do ITC, nos termos do Decreto Estadual n.º 6414, de 08.03.79.

Os novos tempos que se abrem no Paraná e na consciência cívica da Nação brasileira, reclamam estruturas contemporâneas de Governo, no plano da edificação econômica da Nação a partir do ajustamento de nossa expansão demográfica, ao nosso legado

geográfico. E estas estruturas, no plano de REFORMA AGRÁRIA, precisam de adequação legal. Mesmo porque, as leis existentes nesse setor, tinham como fundo doutrinário, a filosofia da colonização, ainda remanescente de nossas origens históricas como “Colônia de Portugal” e por isso não atendem à evolução cívica, social, política e econômica que atingimos em nosso esforço de crescimento vegetativo, ao longo desses últimos decênios, pois que, se o massacre é deplorável pelas suas origens no mal e pelos seus efeitos de tirania inconsequente no tempo, sempre gerou os maiores avanços da civilização humana, pelo processo de introspecção da inteligência nacional, na busca da consolidação de uma CONSCIÊNCIA NACIONAL SILENCIOSA capaz de absorver a tirania. E isto a “Redentora de 64”, operou no povo brasileiro, no silêncio da ditadura, para um avanço cívico do Brasil, que vem frustrando todo o cerco das forças imperialistas agenciadas aqui pelas OLIGARQUIAS DO PODER, na busca serena do nosso destino histórico. E então, a doutrina da colonização tem de ceder o espaço do humanismo que o meu Partido traduz na “democracia participativa”, na qual governo e povo se misturam para as soluções superiores dos destinos do Estado. Em cuja doutrina, a terra deve estar nas mãos daqueles que nela vivem e com ela geram as riquezas comuns. Daí a minha satisfação em anunciar desta tribuna, que esta Casa receberá em breve um projeto de lei do ITC, adequando a legislação agrária do Estado, às nossas necessidades reais de REFORMA AGRÁRIA.

Mas a lei não bastará. Uma REFORMA AGRÁRIA capaz de atender aos interesses do Paraná, demanda um trabalho integrado, num projeto de Governo de REFORMA AGRÁRIA, por todas as Secretarias, mas principalmente pela Secretaria da Saúde e Bem-Estar Social; pela Secretaria da Educação; pela Secretaria do Interior e pela Secretaria dos Transportes. Para que em cada projeto de assentamento rural, do Estado, a comunidade agrícola que ali vai se formar, receba a INFRA-ESTRUTURA DE GOVERNO, como inspiração invencível para o trabalho, e como elemento de fé, de confiança e de respeito político.

Então, é tarefa desta Casa, como poder de representação popular junto ao Governo, promover os interesses agrários do Estado, junto a essas Secretarias, através dos expedientes que nos competem. Oferecendo os subsídios, que colhemos cada um, junto às nossas comunidades mandantes; e exigindo também, a constituição da REFORMA AGRÁRIA do Estado, como questão prioritária do Governo e como realização de honra política”.

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência, Deputado Antônio Fonseca, trata hoje de um dos assuntos mais cruciais da vida nacional. O problema da terra, num País que necessita de oposição. Eu acompanho com atenção o seu pronunciamento e só queria fazer um adendo.

O INCRA conseguiu, com sua atuação, desmoralizar o conceito de reforma agrária dentro do Brasil; ele que deveria promover a reforma agrária, porque hoje, Deputado José Antônio Fonseca, se falarmos a qualquer grupo de agricultores ou de “sem-terras” no Paraná ou no Brasil de que um projeto do INCRA vai levá-lo a qualquer outro Estado da Nação. O agricultor

não confia mais, porque sabe que o INCRA faz é uma cortina de fumaça, tentando colocar em qualquer ponto do País, homens que querem produzir, mas sem lhes oferecer a mínima condição de dignidade humana para existir a mínima condição econômica para produzir.

Por isso, Deputado Antônio Fonseca, o seu horário está encerrando e eu não quero tomá-lo na beleza do seu pronunciamento. Quero só, como um adendo colocar a infelicidade desta Nação que vê no INCRA exatamente no órgão que deveria promover a reforma agrária, o órgão que tem terminado com toda a qualquer credibilidade de que se possa ter uma reforma agrária nessa Nação.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Obrigado pelo aparte, nobre Vice-Líder do PMDB, que mais uma vez oportunamente, enriquece o nosso pronunciamento.

O Sr. Basílio Zanusso — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado José Antônio Fonseca, sempre que Vossa Excelência vai à tribuna, defende as causas justas da sua região e problemas do Paraná. Particularmente, tem falado, levantado, sugerindo soluções para os graves problemas fundiários do Estado.

Eu queria, Sr. Deputado, colocar-me à disposição de Vossa Excelência, na oportunidade em que vier a mensagem, certamente, do Governador, por sugestão ou com documento de proposta do ITC, de, juntos, encaminharmos solução, e Vossa Excelência contará com o meu voto no encaminhamento, na solução melhor do problema.

Agora, eu queria apenas lembrar à Bancada de Vossa Excelência, que, recentemente, participando de uma reunião da Comissão de Terras, nesta Casa, onde, além de seus Membros, encontravam-se lavradores sem terras, residentes nas imediações de Curitiba, em algumas de suas vilas. Discutia-se a locação, lugar, onde, o Paraná tinha ou não terras à disposição desses trabalhadores e tantos e tantos outros, milhares deles, que estão clamando e esperando oportunidades.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — A Mesa concede um minuto para concluir a sua oração.

O Sr. Basílio Zanusso — Se Vossa Excelência permitir, serei breve. Daí surgiu, Sr. Deputado, a proposta inteligente do Sr. Deputado Mário Pereira, de Cascavel, que disse, dirigindo-se ao membros da Comissão, e particularmente ao ilustre Deputado Presidente daquela Comissão, Caíto Quintana, dizendo que nós do Paraná poderíamos, particularmente agora que o Governador José Richa está no Palácio Iguaçu, procurar também, uma solução a nível de Estado, inclusive adquirindo terras no Estado ou fora dele, com recursos do Paraná,

para implantação das famílias, porque era um compromisso assumido durante a campanha eleitoral.

Por isso, nobre Deputado, eu me congratulo com Vossa Excelência mais uma vez, que vai à tribuna, não pela primeira vez, para oferecer solução ao problema, e lembrar que Vossa Excelência não está sozinho. A sugestão do ilustre Deputado Mário Pereira, acho que coincide plenamente com os objetivos do seu discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço ou cede ao orador que está na tribuna.

Mais dois minutos para que conclua o seu pronunciamento Deputado José Antônio Fonseca.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Muito obrigado, Vice-Líder.

Mas, nobre Deputado, ouvi atentamente o seu aparte, e nós na Comissão de Terras, já com trabalho efetuado no passado e com o trabalho que pretendemos ainda este ano, e no decorrer desta Legislatura, de fazer com que esta Assembléia, de que neste Parlamento dê respaldo à intenção do Governo do Estado de reassentar esses agricultores. Porque nós bem sabemos e o nobre Deputado também sabe, que a maior riqueza que nós temos, e como o Paraná é um Estado essencialmente agrícola, nada mais justo do que a nossa luta de fixar os trabalhadores agrícolas no nosso Estado. E o Governador José Richa tem esta intenção, e não é conversa de palanque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do espaço que lhe resta.

O SR. ACIR MEZZADRI — Sr. Presidente, a Liderança informa que este Deputado que vos fala, fará uso da palavra por dez minutos. Em seguida, o Sr. Deputado Mário Pereira, por doze minutos, e ainda o Deputado Caíto Quintana, por oito minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Está com a palavra o Sr. Deputado Acir Mezzadri.

O SR. ACIR MEZZADRI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): “No momento em que todo o País se mobiliza pelas eleições diretas para Presidente, no momento em que o povo, abatido mas não sem esperança, sai às ruas para pedir melhores condições de sobrevivência através de eleições diretas-já, vemos que o remédio é bom e forte, mas que o mal se alastra com muito mais rapidez.

E é com preocupação que vemos o País já sem forças para suportar e é com preocupação que vemos o País já sem forças para suportar as dores de suas mazelas. A pior delas, hoje, é o desemprego.

O instituto da indignidade, da fome e da miséria se implantou no País. E a despeito das tentativas que se fazem para minimizar a causa e a consequência desse fantasma, temos a triste oportunidade de ver, claramente, as estatísticas que mostram o desemprego como uma bola de neve.

E é preciso recorrer ao lugar comum de que os números não mentem.

Temos hoje, onze milhões de desempregados, ou

praticamente 10 por cento da população brasileira. E é preciso que se diga: são onze milhões de brasileiros que já estiveram empregados e hoje estão à margem do processo produtivo. São os brasileiros de um outro Brasil: o Brasil da recessão, da corrupção e das mordomias. Do Brasil que, amarrado aos interesses internacionais, terá, dentro de 15 anos, ou seja, até o final deste século, trinta milhões de desempregados. O dado é assustador, se lembrarmos que ele exclui os milhares de jovens que sairão das faculdades para um mercado de trabalho em vias de extinção.

Mas não pensem, Srs. Deputados, tratar-se de mais uma previsão lançada ao sabor da aventura dos que julgam por julgar.

Ela faz parte de uma pesquisa agora transformada em livro: "Brasil, do FMI ao caos", que nos mostra uma amarga realidade que, infelizmente, a torna mais sombria ainda, sombria ao sabermos que a criação de um emprego urbano no Brasil custa, hoje, Cr\$ 40 milhões.

E nas condições atuais, com a economia gerenciada pelo Fundo Monetário Internacional, os recursos, na melhor das hipóteses, mal darão para criar anualmente 800 mil empregos, quando temos, só nas grandes cidades, mais de um milhão de desempregados.

Nos próximos 10 a 15 anos, todo o dinheiro que entrar, seja de crédito financeiro ou de saldo comercial, estará comprometido com o pagamento da dívida externa, que hoje passa dos cem milhões de dólares.

E se compararmos a situação com a década anterior, veremos que o quadro atual é caótico.

Na década passada, o capital estrangeiro foi responsável pela geração anual de 30 por cento dos empregos.

Portanto, Srs. Deputados, não há muito mais a acrescentar.

A não ser que cabe a cada um dos cidadãos brasileiros e, em especial a nós, representantes legítimos do povo e responsáveis por suas aspirações, tentar deter o mal antes que ele se torne irreversível.

E o caminho é um só: diretas já. Diretas com um claro programa de retomada do desenvolvimento, em bases que levem em consideração os interesses das classes populares. Ou então, estaremos caminhando inexoravelmente para um abismo muito mais do que aquele a que já fomos lançados, pela irresponsabilidade dos que ministram o remédio de efeito duvidoso para o câncer da sociedade brasileira."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ainda há poucos dias atrás, na semana passada, assistimos aqui praticamente na frente dessa Assembléia Legislativa um mutirão de desempregados que clamavam por alimentos, que diziam que não suportavam mais a fome e a miséria.

Diziam mais, diziam que estavam dando como alimento aos seus filhos, para que eles durante a noite pudessem dormir, água, açúcar e álcool.

É lamentável, é triste em saber que um País rico como o nosso em condições naturais estejamos sofrendo essa tamanha humilhação e, acabamos de ver há poucos dias atrás, na frente do Palácio Iguaçu.

E também, cumprimentaríamos, neste instante, desta tribuna, nosso Arcebispo Dom Pedro Fedalto, que bilhantemente acompanhou a multidão e com suas palavras através de invocando o próprio Cristo, e como cristãos não podemos deixar esses nossos companheiros à margem.

Portanto, era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Werner Wanderer) Com a palavra, o Sr. Deputado Mário Pereira, por doze minutos.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Cada indivíduo, cada pessoa, é livre para formar e ter opiniões e para dazer delas um direcionamento de seu comportamento. Na sociedade moderna, cada pessoa exerce a sua parcela de poder, externando a sua opinião, por exemplo, através do voto, do protesto, de uma adesão ou iniciativa, ou decisão de compra.

A comunicação de uma opinião individual a outras pessoas amplia o suporte desta opinião, reforçando-a e criando, muitas vezes, uma opinião coletiva.

A opinião pública, portanto, nada mais é do que a somatória de opiniões individuais acumuladas em assuntos de debate público, que interessam e afetam a um grupo de pessoas.

E esta opinião pública, senhores, proporciona o surgimento de um ambiente psicológico no qual idéias, instituições, empresas e pessoas prosperam ou perecem.

Um resultado de uma pesquisa de opinião pode redirecionar planejamentos, arrazar campanhas políticas, extinguir programas e lançar ao descrédito e ao ostracismo qualquer instituição ou pessoa.

A constatação de uma má posição em uma pesquisa de opinião pública sempre gera mudanças.

Provas disso temos colhido em nosso dia a dia, na vida brasileira, como por exemplo:

A mobilização popular pelas eleições diretas para a presidência da República já produz muitos efeitos, até na adoção de novas posições pelo Governo Federal, que há bem pouco tempo sequer admitia falar em diretas.

O atendimento às reivindicações da opinião pública se torna imperativo na vida de uma sociedade livre e democrática, na qual as pessoas adquirem cada vez mais informações, na qual passam a participar mais, externando suas suas opiniões e formando as opiniões coletivas.

É pelo raciocínio — trabalhando com as experiências de vida, a formação cultural e as informações e recebidas — de que as pessoas formulam as suas opiniões individuais e coletivas.

Em uma sociedade livre e democrática, os governantes escolhidos pelo povo — que lhes outorga o poder de governar e representar os interesses da comunidade, pela maioria de votos — têm o dever e a obrigação de prestar contas, constantemente, de suas ações e intenções.

Esta prestação de contas — através da informação — faz parte da tarefa de governar e é um direito de todo cidadão.

Há que se considerar também, que as realizações de um governo se esvaziam, na medida em que não são conhecidas, compreendidas e aceitas pela comunidade, como uma resposta às suas necessidades e anseios.

Partindo desta afirmação, a diretriz básica de qualquer política de comunicação governamental deve ser bem informar.

Informar com correção, com lealdade, com objetividade e honestidade, evitando a promoção pessoal e promovendo, sim, o trabalho desenvolvido e os benefícios reais à comunidade das ações do governo.

A comunidade tem o direito de saber, e o governo tem o dever e a obrigação de bem informar.

A alimentação da comunidade com informações corretas, precisas e constantes é fator fundamental na performance de um governo, pois, somente uma comunidade bem informada — a respeito das ações governamentais e serviços colocados à sua disposição pode reconhecer se este governo é bom, se está realmente trabalhando de forma correta, no atendimento das necessidades da população.

A valorização desta comunidade, motivando a sua participação no esforço geral de desenvolvimento, é também função primordial da comunicação governamental.

Complementa a comunicação — criando um retorno indispensável às comunicações dirigidas à comunidade, com o surgimento de uma opinião pública favorável às ações governamentais.

A adesão da comunidade, com seu trabalho, sua compreensão e sua motivação, às ações governamentais, será tanto maior quanto mais eficazes forem os serviços criados, mantidos e desenvolvidos pelo governo para o atendimento desta comunidade, e as ações de comunicação a respeito destes serviços dirigidos à comunidade.

Aqueles que compreendem e aceitam o trabalho desenvolvido por um governo, participam mais naturalmente deste processo de integração e desenvolvimento.

Bem informar e estimular a participação do povo no desenvolvimento paranaense tem sido, senhores Deputados, ações desenvolvidas com grande eficácia pela subchefia da Comunicação Social do Governo do Paraná.

Dirigida por um colega desta Casa, o jornalista Ênio Malheiros, a Subchefia de Comunicação Social, tem proporcionado, ao Governo do Estado do Paraná, uma performance cada vez melhor, em seu sistema de comunicação.

Pesquiando os interesses da comunidade, propiciando informações à equipe de governo, divulgando os planos e as ações do Governo do Estado e motivando a participação da comunidade no desenvolvimento paranaense, este setor do Governo vem, sem dúvidas, sendo também grande responsável pela credibilidade que os paranaenses têm no Governador José Richa e em sua equipe.

Os brasileiros não acreditam no Governo Federal, diz a pesquisa que o Instituto Gallup realizou para a revista "Veja", e que foi publicada na semana passada.

Mas, os paranaenses acreditam no governo do Estado, diz outra pesquisa do Gallup, publicada há pouco mais de um mês.

Enquanto para os brasileiros a credibilidade do governo federal é de 35 pontos negativos quando 63 por cento dos brasileiros não acreditam em nada ou em muito pouco do que diz o Governo Federal, para os paranaenses a popularidade do Governador José Richa se amplia a cada nova pesquisa.

Com 21 pontos positivos, segundo o Gallup, José Richa é o Governador de Estado mais popular do Brasil, o que significa também que é o governante de maior credibilidade do País.

Se sabemos que as opiniões se formam através das informações e experiências das pessoas, não podemos negar que esta opinião pública favorável e positiva ao trabalho do Governo Richa se deve a uma ação eficaz da administração estadual, e a

uma notável performance de comunicação deste governo.

Como já frisei, somente uma comunidade bem informada a respeito das ações governamentais, pode reconhecer se um governo é realmente bom.

De nada adiante realizar, se ninguém souber que realizamos.

No Paraná, felizmente, o povo sabe que o Governo está realizando, e o povo está participando destas realizações, motivado e satisfeito.

Por este motivo quero registrar nesta Casa um voto de louvor ao jornalista Ênio Malheiros, e a toda a equipe da Subchefia da Comunicação Social do Governo, pelo trabalho dedicado, correto e altamente profissional que vem sendo desenvolvido, e que tem gerado, mesmo que realizado quase que no anonimato, perante a opinião pública, grandes retornos ao Estado do Paraná".

O Sr. Caíto Quintana — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento)

Sr. Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência na tribuna, tece considerações sobre a comunicação social. Assunto tão pouco ventilado e tão pouco analisado por tantos, a função, o papel e a necessidade da comunicação social em qualquer governo.

Ressalta Vossa Excelência o trabalho executado pela Subsecretaria da Comunicação Social do Estado do Paraná, coordenada pelo jornalista Ênio Malheiros. O que eu acho extraordinário, e Vossa Excelência está demonstrando muito bem, é a visão jornalística da comunicação social do Estado do Paraná, que tem procurado informar a opinião pública paranaense, dos planos do Governo do Estado do Paraná.

Não tem funcionado a Comunicação Social do Estado do Paraná como instrumento único para fazer o nome do Governador ou de seu partido ou dos componentes do seu governo tem preocupado a nossa Comunicação Social em, através da notícia séria, injetar na comunidade a credibilidade no Estado do Paraná e a esperança no desenvolvimento do mesmo. Redunda de uma eficácia tamanha, porque o próprio Instituto Gallup, na sua última pesquisa, mostra a credibilidade no Governo José Richa e isso se deve muito ao trabalho sereno, quieto, sem alarmes, mas na verdade, demonstrando as obras de nosso governo, feito pela Subsecretaria da Comunicação Social.

Congratulo-me com Vossa Excelência, porque tão poucas vezes ouve-se falar nesse trabalho feito no anonimato, para mostrar aos paranaenses e brasileiros o que se está fazendo nesse governo democrático, transparente e aberto às aspirações populares; e nisso, a nossa Subsecretaria tem levado o nome do Paraná para o Brasil inteiro, como um Estado que deu certo com seu Governador eleito pelo voto popular.

Muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Agradeço o aparte do Sr. Deputado Caíto Quintana, e em seguida, no meu discurso, iria entrar nessa credibilidade demonstrada.

E eu continuo dizendo...

O Sr. Roberto Requião — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Um aparte, Deputado Mário Pereira, para congratular-me com sua iniciativa, iniciativa de

elogio da Subchefia de Comunicação Social.

Realmente, esta é a maneira de se divulgar democraticamente o Governo. As informações da Comunicação Social fluem fácil em cima das realizações do bom Governo José Richa. Nós não temos estriões, não temos personagens, não temos artistas; ninguém se destaca como uma vedete no processo político da Comunicação Social do Estado. A comunicação se suporta na realizações do Governo. É discreta e eficiente. É um estilo, uma doutrina de comunicação que se adequa com perfeição ao estilo do Subchefe da Comunicação, o Secretário Ênio Malheiros, que associa à sua discrição, uma eficiência extraordinária que nos coloca ao nível que estamos no computo nacional de prestígio dos Governos do PMDB e dos Governos de uma maneira geral, de todos os Estados brasileiros.

Mais uma vez, Sr. Deputado, eu acho que a sua iniciativa foi extremamente oportuna e nós precisamos, aqui nesta Assembléia, prestigiar e destacar aquelas pessoas que sabem cumprir o nosso programa.

Obrigado pelo aparte, Sr. Deputado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado Roberto Requião, que colocou muito bem a inexistência de vedetes, no processo de comunicação social do Governo e cedo o aparte ao Sr. Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno — Sr. Deputado Mário Pereira, Vossa Excelência ao tecer elogios ao jornalista Ênio Malheiros, chefe da Subchefia da Comunicação Social do Palácio Iguaçu, veio exatamente de encontro àquilo que nós pensamos. O jornalista Ênio Malheiros, por muitos anos militou nesta Casa, é um jornalista responsável, altamente qualificado, preparado para o cargo e que está dando exatamente aquilo que o Paraná pretende dar perante o País, ou seja, de que aqui no Paraná, com pouco se faz muito. É o nosso jeitinho de trabalhar, é o jeitinho de uma equipe como esta, liderada por Ênio Malheiros que está dando hoje a imagem de um novo Paraná, perante o País.

O SR. MÁRIO PEREIRA — Eu agradeço o aparte ao nobre Deputado Rubens Bueno e encerro minhas palavras, pois os últimos minutos serão destinados ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está com a palavra, o Sr. Deputado Caíto Quintana, por sete minutos.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desejo ocupar esses poucos minutos ainda no Horário da Liderança, para contestar determinadas afirmativas do Líder em exercício, na tarde de hoje, pelo PDS, nobre Deputado Antônio Belinati.

Quando Sua Excelência faz a sua locução normal, diz que o Governo José Richa não tem pregado na prática aquilo que dizia nos palanques de campanha, dizendo no seu pronunciamento que os milhares de desempregados que rumaram até o Palácio Iguaçu para reivindicação, foram recebidos por um verdadeiro pelotão de choque da Polícia Militar, deixando na sua expressão, a dubiedade de que a polícia lá estivesse para conter a chegada dos desempregados até o Governador José Richa que não os recebeu.

Senhor Presidente, eu estava presente nessa oportunidade, na passeata dos desempregados. O Governador José Richa não estava no Paraná, mas determinou ao seu Chefe da Casa Civil, ao Secretário para Assuntos

Comunitários, a Deputados do Partido para receberem as reivindicações dos desempregados e se o pelotão de choque não é verdadeiro, até porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, os homens responsáveis para receber a comissão de desempregados em nome do Governador José Richa, estava-o esperando na parte externa do Palácio; e tão logo lá chegaram com a sua manifestação, diga-se de passagem, ordeira, não foram até o Palácio, porque a própria Comissão, representando o Governo do Estado, foi até os trabalhadores, subiu no seu próprio palanque, discutiu e respondeu as suas reivindicações, levando aos trabalhadores, os anseios que eles, naqueles instantes, estavam a demonstrar.

Há uma diferença muito grande entre se bloquear com a polícia a possibilidade de participação no momento em que a angústia nos toma conta, com a polícia para proteger a manifestação popular que é uma obrigação de todo e qualquer policiamento. Há uma diferença muito grande, Sr. Deputado Gabriel Manoel, entre a polícia estar a reprimir e a polícia estar a prestar assistência.

Existe uma diferença muito grande entre o posicionamento do Palácio Iguaçu através dos homens do Governo José Richa, com as medidas de emergência coercitivas que foram baixadas, por exemplo, em Brasília; quando milhares de brasileiros queriam participar de discussões de interesse da Nação inteira. Esta diferença que vai caracterizar sempre o Governo democrático, aberto, comprometido com o interesse popular, eleito pelo voto do povo e os regimes arbitrários.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Eu agradeço a Vossa Excelência e brilhantemente falando, Vossa Excelência está fazendo uma explanação digna de mérito, de elogios, defendendo o indefensável. Porque, Deputado Caíto Quintana, Vossa Excelência tem razão de defender o Governo Ricua, de dizer que ele não botou polícia em cima dos desempregados. Mas é só a palavra de dar emprego aos desempregados; queria que Vossa Excelência trouxesse uma solução, não um paliativo. Desculpe, eu admiro Vossa Excelência, o respeito como um grande tribuno. Mas onde estão as soluções? Não adianta nós chorarmos a miséria, lamentarmos, como as carpideiras que lamentam na morte dos grandes vultos.

Onde estão as promessas de Vossas Excelências de dar emprego aos desempregados? Onde está o Governo Richa, a não ser reprimir ou não reprimir; ser ou não ser, o óbvio é dar solução para o caso. Porque de paliativos nós já estamos cansados; nós já estamos sofrendo com Delfim Neto, com Galveas, etc., etc.. Agora, o Governo Richa, infelizmente para Vossa Excelência, vem dizer que a polícia não reprimiu. Vossas Excelências deviam apenas, Sr. Deputado, com o devido respeito, cumprir com a palavra; cumprir com a palavra a este povo que está desempregado. Onde estão as medidas, Deputado Caíto Quintana, que Vossas Excelências falam muito bonito, nesta euforia, como muito respeito? Um paliativo é bonito, é um remédio, para falar é bonito; mas não cura, mas dá lustro. Então Vossa Excelência devia vir à tribuna e para dizer — o Governo Maurício Fruct, o Governo José Richa, o Governo Paranaense do PMDB assimilou mil, dois, três mil empregados, que estavam desempregados.

Muito obrigado, e o meu respeito. Queria que Vossas Excelências, na próxima oportunidade, não com o canto da sereia, mas com este tirocínio político

e administrativo que Vossa Excelência, com este carisma que tem, viesse à tribuna e dissesse, que o Governo paranaense, do grande José Richa, absorveu 30% dos desempregados paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Nós traremos, Deputado Gabriel

Manoel, na sequência, dados que mostram a preocupação do Governo do Estado em poder socorrer no máximo possível o desempregado do Paraná. Mas lhe diria, Deputado Gabriel Manoel, na passeata estavam homens desempregados, de empresas paranaenses, da construção civil, paranaense, empresas que estão em dificuldade, despedindo trabalhadores, não por culpa da política democrática do Governo do Estado, mas por culpa da política recessiva do Governo Federal, que impõe o desemprego a cada instante. Nós traremos a demonstração daquilo que o Governo do Estado tem feito nas suas obras de participação popular, que a minorar o desemprego. E aproveito o final, para excusar-me perante o Líder em exercício, da Bancada do PDS, Sr. Deputado Antônio Belinati, pois, a minha intenção foi única e exclusivamente, aquilo que realmente aconteceu nessa passeata, quando a polícia, sob hipótese alguma, reprimiu os trabalhadores, pelo contrário, lá estava para prestar-lhes a assistência necessária.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Hoje é um dia de luto para esta Casa de Leis.

O Parlamento paranaense entra na fase mais negra de sua história.

Abre-se um precedente que transforma a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná num feudo do Poder Executivo, onde qualquer tecnocrata se julga no direito de contestar os atos daqueles que foram eleitos pelo povo para representá-los. Para representá-los e transmitir os seus anseios, as suas angústias e os seus direitos.

O sagrado direito da livre expressão na Casa de Leis está violado.

Um Parlamentar desta Casa, um representante do povo, é arrancado da tribuna do Parlamento para prestar contas perante o Poder Judiciário como se fosse um criminoso qualquer.

Senhor Presidente, o Deputado Luiz Alberto de Oliveira está sendo processado pelo Secretário das Finanças, o todo poderoso tecnocrata do Governo de Richa, que se julga ungido do direito de dispor sobre os destinos do Paraná e de sua gente.

Senhores Deputados, hoje é um dia negro, pois, neste Parlamento só resta lugar para se aprovar os atos da tecnocracia opressiva do Governo Richa. Não há mais lugar para o debate, para a denúncia, para a oposição, fundamento das democracias.

Qual foi o crime do Deputado Luiz Alberto Oliveira? Denunciar e pedir esclarecimentos sobre a usurpação de um bem público pelo Senhor Erasmo Garanhão. O direito de manter a vigilância sobre o patrimônio do povo, nesta Casa, foi abolido.

O que é mais lamentável, o que é desalentador e angustiante é que um Deputado deste Poder é levado para a barra dos tribunais com a conivência deste

Parlamento.

É infame saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná se curva perante a vontade de um tecnocrata e permite que um de seus integrantes seja julgado como um criminoso para defender os interesses do povo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Constituição dá poderes ao Legislativo de impedir que medidas como a que vemos agora sejam evitadas. E o que fez esta Casa de Leis?

Simplesmente rasgou a Constituição e preferiu ficar com a vontade de um tecnocrata, lançando as prerrogativas do Legislativo numa negritude sem similar.

É bom recordar que quando o PDS era maioria nesta Casa nunca permitiu atitudes como essa, pois, sempre considerou a inviolabilidade do direito da discussão sem censura entre os parlamentares. Recorde-se que vários Deputados tiveram o amparo do nosso Partido nessa questão.

É estranho saber que quando qualquer pessoa é ferida nos seus direitos toda a Bancada Situacionista se levanta e grita pelos direitos do cidadão. Vemos agora, que quando um Parlamentar do PMDB é ameaçado, apenas ameaçado, de ser incriminado, todos se levantam e protestam.

Mas, quando um Deputado vai à Justiça, pelo simples fato de fazer valer suas prerrogativas parlamentares, há um silêncio tenebroso nesta Casa. O que é mais lamentável é saber que os Deputados Peemedebistas preferem ser coniventes, compactuar com os tecnocratas, mesmo quando estes são acusados de irregularidades, do que lutar pelos seus direitos.

Abre-se um precedente, que não poderá ser apagado da história do Legislativo paranaense. É um dia de luto no Parlamento do Paraná.

Eu abriria apenas um parêntesis, para aqui desta tribuna, nesta tarde, parabenizar a feliz iniciativa do Deputado ilustre companheiro Roberto Requião, que em boa hora apresentou um requerimento, nesta tarde, onde nós esperamos ter o apoio da maioria desta Casa para que realmente seja, de uma vez por todas, a mais uma vez prevalecido o Poder Legislativo, numa condição de q que ele tem todas as possibilidades, de se unir e fazer valer das suas condições e das suas prerrogativas, para que termine ainda numa dia como hoje, esta história triste do Parlamento do Paraná, enviando ao Tribunal de Justiça com apoio dos Deputados, a sentença para que ela não tenha a sua continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência, o Sr. Deputado Trajano Bastos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto a Liderança do PDS se fará uso do horário restante.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Por dez minutos, o nobre Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Por dez minutos, o Sr. Deputado Erondy Silvério, com a palavra.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Aliás, Sr. Presidente, pelo restante do tempo, vinte minutos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Eu agradeço a gentileza da Liderança da minha Bancada, mas não vou ater-me ao assunto que me traria à tribuna, nesta tarde, porquanto eu vejo ausente deste Plenário, o nobre Deputado Tadeu França, que ontem atingiu um parlamentar com expressões duras, jamais presenciadas pelas paredes desta Casa, em toda a história do

Legislativo paranaense.

Eu aguardo e espero que Sua Excelência amanhã esteja em plenário, porque amanhã eu darei a minha resposta, às palavras inamistosas; anti-regimentais com que brindou-me, na tarde de ontem, o nobre Deputado Tadeu França. Mas, quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, para lembrar a esta Casa, e eu apresentei requerimento neste sentido, para que fosse consignado na Ata de nossos trabalhos, um voto do mais profundo pesar pelo passamento, acerca de uma semana, do General Mário Gomes da Silva, ex-Interventor do Estado do Paraná, durante o governo transitório do Desembargador José Linhares.

Embora baiano de nascimento, Mário Gomes da Silva foi talvez o mais paranista de todos os nossos Governadores, porque naquele curto espaço de tempo, em que exerceu o seu mandato com dignidade, com eficiência, e sobretudo com honradez e honestidade, ele trouxe ao Paraná inúmeras conquistas para o nosso povo.

Por isto, esta Assembléia não poderia deixar passar sem a consignação na Ata dos trabalhos, de um voto de pesar pelo falecimento deste eminente homem público, que repito, governou este Estado com decência, com honestidade. Corria ao seu tempo, uma anedota, que ele havia comido os perus da Granja Cangüiri.

Então, ele sempre ria disto, e dizia-me: ora Erondy, eu comi os perus da granja para que eles não envelhecessem.

Entretanto, não levo um grão de areia das terras do Paraná, em meu patrimônio".

E hoje não se come apenas os perus. Hoje, os Governadores habitam a Granja do Cangüiri, sem que com isso se veja nenhum ato de assustar e entregar ninguém.

Também quero fazer reparos ao discurso do nobre Deputado Tadeu França, na tarde de hoje.

Primeiro, ele se auto-intitula filósofo grego, ao rebater as acusações ao discurso do nosso companheiro de Bancada, Deputado Tércio Albuquerque. Depois, alegando os celetistas que aqui vieram pleitear um aumento justo e humano para os seus salários, que o Governo José Richa não o poderia fazer em virtude do Governo Federal não o permitir. E de dizer que a situação do Estado também não permitiria um reajuste consentâneo com a realidade econômica nacional.

Nós não podemos aceitar disparates desta natureza. Em primeiro lugar, porque o Governo Federal nada tem a ver com vencimentos de celetistas; em segundo lugar, eu não vejo em que possa a eleição direta ou indireta influir na disposição do Governo em remunerar bem os seus servidores, como foi dito na tarde de hoje, pelo Deputado a que me referi; em terceiro lugar, não acredito, Sr. Presidente, nas alegações de que o Tesouro do Estado não dispõe dos recursos necessários, quando nós vimos, na semana passada, o jornal "O Globo", publicar sete páginas publicitárias do Governo José Richa, ao custo que nós sabemos hoje, de Cr\$ 70.000.000,00 uma página, é o custo cobrado pelos jornais de grande circulação nacional. Então, gastou-se ali Cr\$ 500.000.000,00 para contar ao povo aquilo que o povo já sabe. E passaram-se quatorze, quinze meses de administração, sem que nenhuma obra de vulto fosse construída, erguida, a não ser aquelas concluídas e já iniciadas pelo Governo anterior.

E, por último, Sr. Presidente, há poucos instantes, um nobre Sr. Deputado do PMDB, chegou e disse-me: "Você subscreveu o requerimento do nobre Deputado Roberto Requião, que solicitava ao Poder Judiciário que arquivasse o processo-crime contra o Deputado Luiz Alberto Oliveira?" Eu disse: "Subscrevi." — "Mas nós vamos ficar mal, porque se o Tribunal rejeitar o nosso apelo,

o requerimento feito pela Casa, fica muito mal para a Assembléia Legislativa".

Eu me preocupei, efetivamente, porque não me lembrava do dispositivo constitucional, art. 12, da Constituição, que defere à Mesa, autoridade absoluta para sustar o andamento em crimes comuns, em qualquer processo contra membros do Poder Legislativo Estadual. E não faria mais do que a sua obrigação — a Mesa Legislativa desta Casa, em defender uma prerrogativa de um Parlamentar em expressar a sua opinião, em fazer acusações comprovadas porque o telefone da FUNDEPAR ficou mudo, e quando foi-se verificar na TELEPAR as causas daquele telefone não funcionar, lá informou-se que o telefone havia sido instalado na residência de um Secretário de Estado.

Qual o papel, qual a função de um Parlamentar da Oposição? É exatamente aquela mesma usada pelo PMDB no Governo anterior. Só que há duas diferenças de administração: no Governo anterior, quando alguma dúvida se levantada: nesta Casa, como levantou-se pela indomável e valente Bancada do PMDB, no caso da aquisição pelo BADEP das ações da multinacional Volvo, quando levantou-se aqui suspeitas de uma possível imoralidade naquela transação, eu levei as apreensões da Bancada do PMDB ao então Governador Ney Braga, que, imediatamente mandou retirar a mensagem que autorizava o BADEP a contrair por compra, as ações da multinacional Volvo.

Outras acusações levantadas aqui no Governo anterior por membros da Bancada do PMDB e por mim levadas ao então Governador, eram imediatamente solucionadas e qual a posição do atual Governo? Ao invés de chamar o Secretário de Estado, dar-lhe um puxão de orelhas e fazer com que devolva o telefone, que é um bem público, processa o Deputado, que no legítimo exercício de seu mandato parlamentar, vem à tribuna da Casa e denuncia. Onde o crime. Senhor Deputado? Onde o crime, Senhor Presidente? A Mesa deve, por iniciativa própria, sem manifestação do Plenário, porque eu estou vendo o esvaziamento da Bancada do PMDB para faltar à solidariedade a um companheiro desta Casa, mas a Mesa, por iniciativa própria, é um dever constitucional, já que é um crime comum — isso não é crime, mas que crime bobo, meu Deus do céu? Qual o crime? De denunciar o uso indevido de um bem público por um Secretário de Estado, embora haja um certo amparo num decreto governamental? Mas, em casos de emergência ou de calamidade pública, o que não houve no Paraná?

Quero paranenizar-me com o Deputado Roberto Requião. Eu divirjo de Sua Excelência em muitos de seus posicionamentos nesta Casa. Nós não falamos a mesma linguagem, mas eu reconheço neste Parlamentar uma independência. Ele não se dobra à vontade do Palácio Iguaçu. Está aqui sempre sereno, cumprindo com o seu dever parlamentar. Receba a minha solidariedade e acima de tudo, os meus aplausos, de um Deputado veterano, de um Deputado que já veio passar por esses bancos, por essas cadeiras, homens ilustres, nomes consagrados pela opinião pública do Estado que aqui deixaram a marca do seu patriotismo, que aqui deixaram a marca do seu espírito público.

Por isso, quero emprestar a Sua Excelência toda a minha solidariedade e irei conceder o aparte ao Deputado Gabriel Manoel que havia solicitado.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy Silvério, nós da sua Bancada, ficamos satisfeitos a ver Vossa Excelência fazer uma explanação que é a verdade. Este Poder está claudicando. São três Poderes distintos: Legislativo, Executivo e Judiciário. Onde está a força do nosso Poder? Como fora um Deputado do PDS, podia ser um Deputado do PMDB, quando teve o episódio de Jaime Carvalho que Vossa

Excelência, como nosso Líder, lutou até que prevalecesse a autonomia do Poder Legislativo. Se assim não fora, Deputado Erondy Silvério, nós temos que baixar a cabeça e nos envergonharmos de pertencer a um Poder falido, um Poder dos homens que não fazem outra coisa: a não ser aquela roupa de tergal do "senta e levanta", que não amassa, aquela roupa da vergonha, Deputado Erondy Silvério. Olha, nos sentimos orgulhosos em ter em Vossa Excelência um dos Líderes mais autênticos de nossa Assembléia, de nossa Bancada, Deputado Erondy Silvério.

Hoje vou para casa satisfeito. Vossa Excelência explanou. Onde está o Poder Legislativo? Está falido? Por causa do Sr. Erasmo Garanhão, o homem que manda e desmanda no Governo José Richa, um homem que quando o funcionário traz um cafezinho para o Sr. José Richa e ele pergunta: "Com açúcar ou com suíça?" "Garanhão, como é que eu tomo hoje o café?"

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e antes de conceder ao nobre deputado Antônio Belinati, eu quero dizer ao nobre Deputado Gabriel Manoel que não se trata de solidariedade, de membros do Poder a um Deputado. Trata-se de um imperativo constitucional, pois os homens que elaboraram a Carta Magna do Estado foram muito felizes nessa particular, porque com este artigo eles asseguraram legítima representação popular.

Portanto, é um dever indeclinável da Mesa. Não se trata nem de solidariedade e nem de aprovação pelo Plenário; é um dever da Mesa em examinando o caso e verificando que não houve injúria à honra de ninguém, assegurar a qualquer um dos Srs. Parlamentares, o sagrado direito de bem exercer o mandato que não é meu, que não é de nenhum dos cinquenta e sete Deputados, que é do povo que nos outorgou por um período de quatro anos, para que o representasse aqui nesta Casa.

O Sr. Antônio Belinati — Só uma pergunta, Sr. Deputado.

O Secretário Erasmo Garanhão não gostou da denúncia que é verdadeira, de que ele levou um telefone público para a sua casa. Quer dizer, para a casa dele, Garanhão. Só uma pergunta, Deputado Erondy Silvério: — e a conta telefônica, inclusive com os interurbanos, quem é que está pagando?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Nobre Deputado Antônio

Belinati, a mim não interessa o Senhor

Erasmo Garanhão. A mim não importa o Senhor José Richa, a mim não faz a menor diferença nenhum dos Senhores Secretários de Estado, também as contas que a Secretaria paga das ligações de interurbanos, talvez até sejam justas, porque elas o são quase sempre ano legítimo interesse das causas paranaenses.

Eu via, ao tempo do Governador Ney Braga, a sua conta particular de telefones, era uma coisa fabulosa. Chegava época a Cr\$ 500.000,00, Cr\$ 600.000,00 por mês.

Por quê? Porque o Governador, atarefado, levava para a sua casa, deveres do seu ofício, da sua posição. E ali ligava no seu telefone particular, fazia as ligações indispensáveis ao bom andamento da Administração Estadual. Então, eu até justifico os gastos. E não se trata de Erasmo Garanhão, por favor, não se trata de José Richa, do PMDB? Se trata da soberania de um Poder, do legítimo direito de um Parlamentar expressar a sua opinião e denunciar as mazelas por ventura existentes em qualquer administração.

E é isto que o PDS tem feito. Quantas e quantas vezes, ocupei esta tribuna para quê? Para criticar o Governo do meu partido, o Governo Federal, criticar os seus Ministros, principalmente da área sócio-econômica; este é o dever indeclinável do Parlamentar. E ele não pode abdicar deste dever, por força alguma deste mundo. Nem de mil "Erasmos Garanhões", nem de mil "José Richas". O

Parlamentar não pode abdicar deste dever, porque será um covarde e terá que renunciar ao seu mandato e ir para casa como um covarde que não soube cumprir com o seu dever.

O Sr. Augusto Carneiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Erondy Silvério, peço um aparte, quero ver se consigo ser breve, expressando aquilo que eu penso. Parabenizo-me com Vossa Excelência pelo pronunciamento, parabenizo-me com o Deputado Rubens Requião, pela iniciativa de requerer a sustação desse processo e quero dizer que existe uma frase por demais conhecida desta Nação toda, que "povo sem Parlamento, é povo escravo". E a validade do Parlamento e que tira a escravidão do povo é exatamente porque no Parlamento, este assegura a palavra aos representantes do povo, de forma que eles possam combater atos imorais, ilegais, ileítimos de toda espécie. Que se possa cobrar prestação de contas dos homens que devem, prestação de contas à comunidade e se este Parlamento hoje, a Assembléia Legislativa do Paraná, não aprovar este requerimento ou a Mesa Executiva desta Casa, não tomar as medidas que a lei lhe dá o direito e assegurar a este Parlamento, liberdade total,...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Dá-lhe o direito, não.

A lei impõe. A lei impõe, à Mesa do Poder Legislativo.

O Sr. Augusto Carneiro — ... de poder todos os legítimos representantes do povo, levantar aqui as dúvidas que por ventura existam e principalmente em se tratando deste caso, do uso do telefone do Secretário Erasmo Garanhão, o telefone está lá. A TELEPAR informou que foi tirado desta e levado a sua residência. É legal? Pode ser. Mas é imoral. E por isso eu endosso plenamente as palavras, que se alguém deve ser processado, eu me associo, como já me associei, assinando as declarações feitas pelo nosso Líder, Deputado Luiz Alberto Oliveira, porque cabe a nós, é responsabilidade, é dever de todos nós, quando percebemos que algum ato do Governo ou através de homens membros do Governo, seja exercido um ato considerado imoral, que deve ser prestado esclarecimento à opinião pública. É dever nosso cobrar. E foi exercido este dever. Eu parabenizo-me com Vossa Excelência, acreditando que este Poder assegure, mas assegure firmemente, sem nenhuma ligação partidária, mas o Poder como um todo, seja preservado, este direito de termos a liberdade de denunciar aquilo que a sociedade deste Estado quer saber.

Muito obrigado.

O Sr. Antônio Belinati — Sr. Deputado, permita-me usar um minutinho do tempo de Vossa Excelência.

É que recebemos, agora, a comunicação de que aquela caravana de celetistas que estava aqui nas galerias saiu numa passeata ordeira e pacífica há poucos minutos e se dirigiram ao Palácio Iguaçu na tentativa de conversar com o Governador José Richa para expor, para reivindicar aquilo que foi promessa do Governador Richa na eleição.

Não conseguiram colocar os pés dentro do Palácio Iguaçu e ainda foram recebidos pelos soldados da Polícia Militar.

Então, eu quero nobre Deputado Erondy Silvério, não abusando do tempo de Vossa Excelência, lavrar aqui um protesto contra essa medida violenta, contra os celetistas pacíficos, ordeiros, que queriam conversar com o Governador apenas para reivindicar o que têm direito.

Muito obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a comunicação que faz Vossa Excelência e concedo o aparte ao Sr. Deputado Ezequias Losso.

O Sr. Ezequias Losso — Nobre Deputado quero cumprimentá-lo efusivamente pelas colocações inteligentes que está apresentando nesta tarde.

Realmente, este Parlamento tem que tomar providência de que é a Casa do Povo e que aqui os assuntos deverão ser levantados em nome do povo. O patrimônio do povo deve ser devidamente defendido por seus representantes, porque se eles não falarem, se não disserem o que deve ser dito, o patrimônio público poderá, perfeitamente, ser dilapidado.

É preciso, portanto, que haja consciência de todos os integrantes deste Poder, de que a soberania não poderá ser atingida.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa comunica que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Ezequias Losso — A soberania não pode ser atingida pela vontade de um homem que quer atingir a todos nós integrantes do Poder.

Solidariedade total a Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado, e o meu apelo a essa grande e valorosa bancada do PMDB para a qual tanto deve a democracia brasileira

Eu acompanho a atuação do MDB e depois PMDB, nesta Casa. Acompanhei sempre, nesta Casa, a sua luta em favor da redemocratização do País.

Embora atuando em partido diferente, embora a bandeira levantada pelo MDB e pelo PMDB não fosse exatamente aquela do meu partido, eu sempre admirei essa bancada pela sua luta, pela sua constância, pela sua garra e pelo seu inconformismo com tudo de errado que acontece nesse País.

Hoje, a bancada do PMDB é majoritária nesta Casa. Dela depende todas as decisões importantes para a vida da comunidade paranaense. Eu espero que ela continue agindo com o mesmo patriotismo, com o mesmo espírito público e, lembre-se que a defesa de um Parlamentar não é a defesa do cidadão Luiz Alberto de Oliveira, mas a defesa de uma parcela do povo do Estado do Paraná, representado por aquele Parlamentar, nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Estadual sobre a Universidade do Oeste. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial que deverá estudar os problemas relacionados ao cancro cítrico em nosso Estado. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial do Cancro Cítrico. — À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. — À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs.

Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 110/83 (Mensagem n.º 110/83 - ex-Proposição n.º 105/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS" no exercício de 1983. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 113/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 98/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução de obras para recuperação ou construção de pontes. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 114/83, (Mensagem e ex-Proposição m.º 129/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo Aditivo n.º 01, de 01/09/83, ao convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de JARDIM ALEGRE, objetivando a execução do "PRONOROESTE". — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/83, (Mensagem n.º 148/83, ex-Proposição n.º 135/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de AGUDOS DO SUL, objetivando a realização da Festa de Hortigranjeiros. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/83, (Mensagem n.º 145, ex-Proposição n.º 121/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS" no exercício de 1983. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/83, (Mensagem n.º 109/83, ex-Proposição n.º 104/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 03/09/93, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de CAMPO LARGO, objetivando regular a prestação de serviços de segurança contra incêndio e de socorros públicos na área desse município. — Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 223/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 141/83), que dispõe sobre acréscimo de tempo aos Policiais Militares dos Quadros da Polícia Militar do Estado, cujo ingresso, como requisito básico, exija curso de nível superior, e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.S.P. e C.R.H., por unanimidade. — Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 226/83, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI e outros, que dispõe sobre obrigatoriedade da publicação dos resultados das licitações promovidas pelos Órgãos Públicos Estaduais,

inclusive os da Administração Indireta, conforme especifica. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 228/83, de autoria da C.C.J., que dispõe sobre o número de Vereadores da Câmara Municipal de Reserva e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 230/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre dispensa das atividades de seu cargo de Funcionário Público, o Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — (Publicado no D.A. n.º 132/83, de 23/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 230/83

PARECER:

Com o presente plano de lei, o ilustre Deputado Paulo Furiatti, pretende dispensar das atividades do cargo de funcionário público o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

A medida proposta, como esclarece o autor, visa proporcionar ao Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, maior agilização nos problemas prioritários daquela entidade, tendo em vista que atualmente o trabalho dedicado àquela Associação é somente nos finais de semana e após o expediente normal.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa, já que inexistem óbices capazes de comprometer o êxito do projeto.

Nestas condições nosso parecer é favorável à aprovação.

Sala das Comissões, em 29 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
ERVIN BONKOSKI — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 230/83

PARECER

O nobre Deputado Paulo Furiatti, objetiva, com o presente plano de lei de sua autoria, que o funcionário público ocupante da função de Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, fique dispensado da carga horária a que o mesmo esteja obrigado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável.

No âmbito da competência desta Comissão de Recursos Humanos, nada temos a opor à normal tramitação do projeto pelos demais órgãos da Casa.

Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 22 de dezembro de 1983.

(aa) ODENI MONGRUEL — Presidente e relator

Sobre o mesmo, requerimento do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando a suspensão

por três sessões, da tramitação do Projeto de Lei n.º 230/83. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238/83, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ — ABPR, com sede e foro nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 134/83, de 28/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 238/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, o Projeto de Lei n.º 238/83, que declara de utilidade pública a "Associação Bibliotecária do Paraná - ABPR", com sede e foro nesta Capital, verificamos que o referido projeto faz os requisitos estabelecidos pela legislação específica que regulamenta a matéria.

Portanto, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07/12/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente
AUGUSTO CARNEIRO — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 134/83, de 28/11/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 239/83

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Odeni Mongruel, o presente projeto de lei, objetiva declarar de utilidade pública a "Associação Comunitária Presbiteriana de Ponta Grossa", com sede e foro no município que lhe empresta o nome.

Analisando a documentação que acompanha o processo, verifica-se que são indiscutíveis os altos propósitos da entidade a ser beneficiada, pois vem prestando inestimáveis serviços nos campos da assistência social, religiosa e cultural, na comuna pontagrossense.

Sob o ponto de vista legal e constitucional, a matéria não fere qualquer dispositivo da Carta Magna Estadual e enquadra-se perfeitamente nas normas estabelecidas pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, a qual regulamenta a aludida matéria.

Diante da referida análise, e tratando-se de matéria altamente relevante, decidimos apresentar parecer favorável à aprovação do contido no presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 07/12/83.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 240/83, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que dispõe sobre a criação do Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná. Com

Parecer Favorável e Substitutivo Geral da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 136/83, de 30/11/83.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 240/83

PARECER

De autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, o presente projeto de lei tem por finalidade criar o Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, no Município de Ribeirão Claro.

Analisando-se o processo através da documentação anexada, temos que nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 2, de 18.06.73 — Lei Orgânica dos Municípios —, a localidade de Cachoeira do Espírito Santo possui os requisitos essenciais para ser levada à categoria de Distrito Administrativo, não havendo assim, qualquer óbice, quer legal, quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável opinando-se pela sua aprovação na forma do Substitutivo Geral que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO - Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 240/83

PARECER

SUBSTITUTIVO GERAL

Art. 1º — Ficado criado, no Município de Ribeirão Claro, o Distrito Administrativo de Cachoeira do Espírito Santo, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes.

— partindo da foz do Ribeirão Valim, na Represa Xavantes, divisa interestadual com o Estado de São Paulo, (incluindo as ilhas Espírito Santo, Bela Vista e Cruzeiro); por esta divisa até a foz do Ribeirão Jaboticabal; por este acima até o Ribeirão Novo; e este acima até a Água da Barra, e por esta acima até sua cabeceira, e daí pelo espigão divisor Itararé-Jacarezinho, em direção sul até a cabeceira da Água do Lau, por esta abaixo até o Ribeirão do Meio; por este abaixo até o espigão divisor das Águas do Ribeirão Três Passagens e Ribeirão Paraguai; por este divisor de águas até a altura da nascente do Ribeirão Taquaraçu; em linha seca até a referida nascente, descendo pelo Ribeirão Taquaraçu até cruzar a estrada para Joaquim Távora-LZ 301; por esta estrada contornando Patrimônio de São Sebastião (incluindo o referido patrimônio) até a estrada da Cachoeira; por esta estrada até o cruzamento com o Ribeirão dos Valim; e desde Ribeirão dos Valim até sua foz na Represa Xavantes, ponto inicial.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do projeto de Lei nº 242/83, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que concede título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor NILSON DO AMARAL FANINI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** — (Publicado no D.A. nº 137/83, de 01/12/83).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 242/83

PARECER

O presente projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, abjetiva conceder o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Nilson do Amaral Fanini.

O plano de lei em epígrafe, está devidamente justificado, conforme preceitua ao artigo 123, do Regimento Interno.

Quanto ao aspecto legal, e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão, nada há que possa impedir a sua tramitação por esta Casa.

A iniciativa em si é meritória e a justificativa que acompanha a proposição nos convence da sua oportunidade em homenagear com o Título de Cidadão Benemérito do Paraná, uma pessoa que vem anunciando as mensagens do Evangelho de Cristo, transmitidos através de programas de televisão e radiofônicos, para que a humanidade seja mais feliz, e que as crises que afetam profundamente as famílias sejam vencidas, através dos esforços de pessoas bem intencionadas e de elevado espírito cristão.

Assim sendo, o nosso parecer favorável, opinando-se por sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 07 de dezembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;
AUGUSTO CARNEIRO — Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei nº 253/83, de autoria dos Deputados CAÍTO QUINTANA E MÁRIO PEREIRA, que concede o “TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ” ao Maestro GIUSEPPE BERTOLLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 139/83, de 06/12/83.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 253/83

PARECER

O projeto de lei em exame, de iniciativa dos nobres Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira, pretende conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Maestro Giuseppe Bertollo.

A extensa e bem fundamentada Justificativa que compõe o referido processo, salienta os méritos e o valor do homenageado, ficando, desta forma, perfeitamente esclarecida a justeza do projeto em pauta.

No que se refere à manifestação da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legais e constitucionais da matéria, nada há que contrarie a tramitação da mesma, nesta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos nosso parecer favorável ao projeto de lei, ensejando, desta forma, a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13 de dezembro de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;
JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Relator.

1ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 98/83. (Mensagem nº 119/83 - ex-Proposição nº 111/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo Aditivo nº 01 de 06/09/83, ao Convênio celebrado em 13/06/83, entre o Estado do Paraná e o Município de Umuarama, através da Secretaria do Interior, objetivando a execução de Obras de Controle da Erosão Urbana, no citado município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 118/83 (Mensagem nº 116/83), ex-Proposição nº 112/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para a recuperação de estradas. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 125/83 (Mensagem nº 151/83 - ex-Proposição nº 138/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios, em 20/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da "COMEC". — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — Do Projeto de Resolução nº 133/83 (Mensagem nº 149/83 - ex-Proposição nº 136/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e municípios que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros na execução de obras públicas. — **Aprovado.**

O SR. ANIBAL KHURY—(Pela ordem). Sr. Presidente, há poucos dias, o Deputado Luiz Alberto Oliveira e eu, requeremos urgência para a Mensagem Governamental nº 1/84, que, "misteriosamente" está desaparecida. Solicito de Vossa Excelência que determine a restauração da referida Mensagem, que ela seja incluída na pauta, de acordo com os termos regimentais. É uma Mensagem do Poder Judiciário, encaminhada através do Poder Executivo, que não aparece. Ela desapareceu. E nós requeremos urgência, e solicitamos de Vossa Excelência que determine a inclusão na pauta, dessa Mensagem, enfim, a sua restauração.

O SR. PRESIDENTE— (Trajano Bastos) A Mesa, atendendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, determina à assessoria da Mesa, que proceda conforme o requerido.

O SR. PRESIDENTE —(Trajano Bastos) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Abbud Haddad, ocorrido no dia 7 de abril do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Francisco de Paula Xavier Filho, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.**

O SR. ANIBAL KHURY —(Pela Ordem) Tenho a impressão que já foi aprovado um requerimento no mesmo sentido, de minha autoria, na sessão de...

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) A Mesa informa que, muito embora tenha sido aprovado, a Mesa está colocando em votação um novo requerimento, subscrito pelos srs. Deputados Fuad Nacli e Luiz Alberto Oliveira. Em votação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. César Todeschini, de tradicional família ligada aos meios empresariais e sociais do nosso Estado. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Nelson Faria Lins D'Albuquerque, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Gomes da Silva, ex-Interventor e ex-Deputado Federal, ex-Secretário das Finanças. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, com apoio do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Desembargador Francisco de Paula Xavier Filho, ocorrido no dia 16 de abril do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 78/84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. César Todeschini, ocorrido no dia 12 de abril do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 78/84, de autoria do Poder Executivo. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente da LBA, encarecendo a instalação de um núcleo desta Legião, para o município de Missal. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo informações quanto ao Projeto Poti, no Município de Arapoti. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Roberto Requião, subscrito por demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo seja sustado o andamento do processo movido contra o Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo Sr. Secretário das Finanças. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI —(Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

O SR. ANIBAL KHURY — (Pela Ordem). Queria levantar uma questão de ordem a respeito do analítico que ainda não foi encaminhado à Comissão de Justiça. Parece-me que a Mesa já a elaborou e em contato que manteve com a Comissão de Justiça, esse analítico ainda não chegou lá.

Outrossim, aproveitando a oportunidade, eu recebi da Liderança da Bancada, a cópia da Mensagem n.º 1/84 que tenho prazer de encaminhar à Mesa, para restauração do processo.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela Ordem). Eu não tive oportunidade de assinar o requerimento do nobre Deputado sobre o problema do nosso Líder, e queria que Vossa Excelência, se possível, dentro dos parâmetros da legalidade, eu pudesse colocar o meu nome.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que o requerimento se encontra sobre a Mesa à disposição de Vossa Excelência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, quanto a empréstimos em moedas estrangeiras. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o desmembramento em duas pistas no percurso de dois Km, sendo do Km 266 ao Km 268, da Rodovia BR-376, no Bairro dos França, no Município de Ortigueira. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção do Trevo de Entrada, no KM 247 da Rodovia BR-376, acesso ao Município de Ortigueira. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretários da Educação e da Administração, encarecendo reformas e melhorias no prédio da Escola Estadual "Telêmaco Borba" — Ensino de 1.º Grau, no Município de Tibagi. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente solicitando o envio de expediente aos srs. Secretários da Educação e da Administração, encarecendo a realização de reparos, ampliação e reconstrução no prédio da Escola Manoel Antônio Gomes — Ensino de 1.º Grau, no Município de Reserva. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente solicitando o envio de expediente a Sra. Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a destinação de filtros de água para o Colégio Estadual Machado de Assis, do Município de Sertãoópolis. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da COPEL, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a autorização de um funcionário para prestar assistência no setor de eletrificação da rede existente no Município de Fênix. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de

expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo apoio na criação e desenvolvimento de hortas comunitárias, bem como sua importância, também a nível escolar, para o Município de Campina da Lagoa. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sr. Sargento Antônio Vieira Moura, do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado, por sua corajosa atuação no salvamento de operários da construção civil, em acidente ocorrido nesta Capital. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a criação e instalação de mais duas novas Varas Cíveis, e de mais uma Vara Criminal, bem como o aparelhamento da Vara de Menores, no Município de Paranavaí. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário da Administração e Presidente do IPE, encarecendo a criação e instalação de uma Coordenadoria daquele Instituto na Região Central do Estado. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a concessão de um gabinete odontológico destinado ao atendimento de crianças matriculadas na Escola Castelo Branco, no Município de Cascavel. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão, com vistas à implantação de transportes urbano à tração elétrica, no Município de Cascavel. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo informações quanto ao Crédito Suplementar efetuado no Orçamento da FUNDEPAR, através do Decreto n.º 2666/84. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 066/83, que estabelece a aplicação de correção monetária e juros dos débitos decorrentes de faturas referentes a obras e serviços de engenharia, executados para o Estado do Paraná e seus órgãos da Administração Direta e Indireta. — Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 223/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 226/83, 228/83.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 238/83, 239/83, 240/83, 242/83, 253/83 e dos Projetos de Resolução n.ºs 98/83, 118/83, 125/83, 133/83.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 73/83, 28/84.